



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MAIO DE 2017

**Presidente:** Exmo. Sr. José Diogo

**Secretários:** Exmos. Srs. Celmira Sacramento  
Nenésio Afonso  
Aérton do Rosário

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Antes da Ordem do Dia. - Procedeu-se à tomada de posse de uma Deputada substituta à Assembleia Nacional.

A Mesa deu conta da síntese das iniciativas que entraram na Mesa da Assembleia Nacional.

Entretanto, o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) diz que espanta como a Mesa da Assembleia Nacional não anunciou expediente feito pelo PCD, partido com assento parlamentar de uma petição enviada a Mesa.

Também o Sr. Deputado Arlindo Barbosa repudiou a atitude da Mesa da Assembleia Nacional com relação a anúncio de expedientes que deram entrada na Mesa da Assembleia Nacional.

No quadro desta Sessão Legislativa da X Legislatura, apenas elaborou declaração o Sr. Deputado Aurélio Martins (MLSTP/PSD).

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Xavier Mendes de (PCD) alertou sobre o chumbo da maioria do ADI do debate sobre milho transgénico.

Por sua vez o Sr. Deputado Felisberto Afonso (UDD) expôs a sua preocupação em relação ao estado do País e solicitou uma auditoria a Câmara do Distrito de Lembá.

Também em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Alda Ramos (ADI) disse que gostaria de ligar a questão de milho transgénico com a questão de segurança alimentar, falou que tem que se pensar na política para abastecer o mercado interno com o produto nacional.

Ainda nesse capítulo o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) felicitou o Primeiro-Ministro Patrice Trovoada pela conferência de imprensa que deu e disse que denunciar em São Tomé e Príncipe não é fácil.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) lamentou a situação que acontece na porta de entrada do Hospital Ayres de Menezes.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) também fez ouvir a sua voz alertando da situação em que vive a comunidade são-tomense em Moçambique e que se deve valorizar os especialistas são-tomenses que residem e trabalham em Moçambique para participar nos seminários e workshop que o país realiza.

Por sua vez, em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD) falou da situação das casas dos moradores de Angolares sobretudo do Bairro Beira Mar que estão em via de cair por motivo de chuva que tem arrastado o barro.

O Sr. Deputado Carlos Correias (ADI), também nesse quadro, afirma que a iniciativa do Governo em dar um outro destino lota de peixe foi boa.

Em assunto de interesse político relevante, a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD), preocupada porque existe os médicos provenientes de formação a um ou dois anos em casa sem emprego.

Falou também que o lixo está a tomar conta da cidade e se tem vindo muito turista em São Tomé que impressões terão eles com esses lixos todos na nossa cidade.

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Esmail da Glória (ADI) felicitou o Governo por iniciativa de tapar os buracos nas estradas.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira (ADI) disse que concorda com a creditação dos jornalistas que vão ao gabinete do Primeiro-Ministro. Falou também que é preciso fazer política baseada de análise técnica no caso do milho transgénico.

Em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Aurélio Martins (MLSTP/PSD) expressou a sua preocupação com relação ao processo de credenciar e seleccionar os jornalistas.

Por último, também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Pedro Carvalho (ADI) felicitou a Polícia Nacional e os Serviços de Bombeiros.

Ordem do Dia. — O Plenário aprovou na generalidade a proposta de lei n.º 19/X/5.ª/2017 – Lei de Segurança Interna, após a leitura do parecer da 1.ª Comissão pelo Sr. Deputado Esmail da Glória (ADI), interveio o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD). Apresentaram declaração de voto oral os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD) e Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD).

Foi também aprovado, em votação final Global, o projecto de lei n.º 13/X/5.ª/16 – Estatuto da Ordem dos Técnicos de Contas e Auditores (OTOCA), depois da leitura do relatório da 3.ª Comissão pelo Sr. Deputado Carlos Correia (ADI).

De igual modo, também foi aprovado, o projecto de lei n.º 16/X/5.ª/17 – Lei de Defesa do Consumidor, após a leitura do relatório da 4.ª Comissão pelo Sr. Deputado Dionísio Fernandes (MLSTP/PSD).

Foi também aprovado, em votação final global, o projecto de lei n.º 05/X/4.ª/16 – Regime jurídico do Associativismo Jovem, após a leitura do relatório da 5.ª Comissão pela Sra. Deputada Bilaine Ceita (ADI):

Foram aprovadas, na generalidade, especialidade e em votação final global, após apresentação pelo Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, a proposta de resolução: n.º 33/X/5.ª/2017 – Acordo de Multidesignação sobre o Transporte Aéreo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa. Após a leitura do parecer da 4.ª Comissão pelo Sr. Deputado Sebastião Pinheiro (ADI), Intervieram os Srs. Deputados Diolindo da Mata (MLSTP/PSD), Dionísio Fernandes (MLSTP/PSD), Abnildo d'Oliveira (ADI); José Manuel Costa Alegre (ADI), Jorge Amado (MLSTP/PSD) e Danilson Cotú (PCD).

Por último, foi apreciado e aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, o projecto de resolução n.º 54/X/6.ª/2017 – Nova prorrogação do mandato da Comissão Eleitoral, até 31 de Julho de 2017.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Abnildo** do Nascimento **d' Oliveira**  
**Alda** Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**  
**Anaydi dos Prazeres Ferreira**  
**Arlindo Quaresma** dos Santos  
**Berlindo** Branco Vilela **Silvério**  
**Bilaine** Carvalho Viegas de **Ceita**  
**Carlos** Manuel Cassandra **Correia**  
**Celmira** d'Almeida do **Sacramento**  
**Egrinaldino** de Carvalho Viegas de Ceita  
**Esmaiel da Glória** Espírito Santo  
**Flávio** Pires **Mascarenhas** dos Ramos  
**Gabriel Barbosa dos Ramos**  
**Idalécio** Augusto **Quaresma**  
**Ivo** Mendonça da **Costa**  
**Joaquim Salvador** Afonso  
**Jorge** Sousa Ponte Amaro **Bondoso**  
**José António** do Sacramento **Miguel**  
**José Carlos Cabral** d'Alva  
**José** da Graça **Diogo**  
**José Manuel** Macumbo **Costa Alegre**  
**Levy** do Espírito Santo **Nazaré**  
**Manuel** da Graça **Narciso**  
**Mário Fernando** Rainho  
**Martinho** da Trindade **Domingos**  
**Nenésio** Quaresma **Afonso**  
**Ossáquio** Perpétua **Riôa**  
**Pedro** Jorge de Abreu e **Carvalho**  
**Salcedas** d'Alva Teixeira **Barros**  
**Sebastião** Lopes **Pinheiro**  
**Silvestre** **Moreno** Mendes  
**Wilder** **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Aérton do Rosário** Crisóstomo  
**Ana** Isabel Meira **Rita**  
**António** das Neves Sacramento **Barros**  
**Arlindo** **Barbosa** Semedo  
**Aurélio** Pires Quaresma **Martins**  
**Beatriz** da Veiga Mendes **Azevedo**  
**Daniilo** **Neves dos Santos**  
**Deolindo** Luís da Trindade **da Mata**  
**Dionísio** Leopoldino **Fernandes**  
**Jorge** **Amado**  
**Maria das Neves** Baptista de Sousa  
**Mohamed** Guadalupe Ramos da **Glória**  
**Vasco** Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Danilson** Alcântara Fernandes **Cotú**  
**Delfim** Santiago das **Neves**  
**Filomena** M. de Fátima dias X. de P. **dos Prazeres**  
**Jorge** Dias **Correia**  
**José** Luís **Xavier** **Mendes**

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

**Felisberto** Fernandes **Afonso**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, os meus respeitosos cumprimentos augurando desde já um bom dia de trabalho parlamentar.

Hoje temos a substituição de Deputados, por isso convido a Sra. Secretária da Mesa a proceder a leitura do termo de posse de uma nova Deputada a Assembleia Nacional.

A **Secretária**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

«Termo de Posse de Deputado à Assembleia Nacional.

Aos 26 dias do mês de Maio do ano dois mil e dezassete, compareceu ao Plenário da Assembleia Nacional a Sra. Deputada substituta: Anaydi dos Prazeres Ferreira em substituição da Sra. Deputada Ângela Pinheiro do Círculo Eleitoral da Região Autónoma do Príncipe, tendo a mesma prestado juramento nos seguintes termos:»

*A Sra. Deputada prestou juramento nos termos constitucionais.*

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pela empossada e por mim, a Secretária que o lavrou».

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, de acordo com a alínea a) do artigo 83.º conjugado com o artigo 84.º ambos do Regimento convido a Sra. Secretária da Mesa a proceder a leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Também juntamos a isso, digamos assim, um convite que recebemos da Assembleia da República da Guiné Equatorial que também convida uma delegação de alto nível da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe a visitar a Guiné Equatorial.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa.

A Sra. **Secretária**: — No período entre 5 e 25 de Maio a Mesa recebeu quatro projectos de lei, dois projectos de resolução, uma proposta de resolução e três petições.

Projecto de Lei n.º 20/X/6.ª/2017 da autoria do Grupo Parlamentar da ADI, assunto Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, deu entrada no dia 15 de Maio e foi aceite no dia 16 de Maio, baixada a 1.ª Comissão para análise e parecer.

Iniciativa n.º 21 do Grupo Parlamentar da ADI, Lei da Secretaria do Tribunal Constitucional, entrou no dia 15, foi admitida no dia 16, também foi baixada a 1.ª Comissão para análise e parecer.

Iniciativa n.º 22 do Grupo Parlamentar da ADI, Lei das Custas do Tribunal Constitucional, entrou no dia 15, foi admitida no dia 16, também foi baixada a 1.ª Comissão para análise e parecer.

Proposta de Lei n.º 23 do Grupo Parlamentar da ADI, 2.ª alteração ao Estatuto dos Deputados a Assembleia Nacional, entrou no dia 12 de Maio, foi aceite no dia 16, também foi baixada a 1.ª Comissão para análise e parecer.

Projecto de Resolução n.º 50/X/6.ª/2017, da autoria da Mesa da Assembleia Nacional, segunda alteração a Resolução n.º 19/VIII/2017, Regimento da Assembleia Nacional, deu entrada no dia 12 de Maio, foi admitida no dia 17, foi baixada a 1.ª Comissão para análise e parecer.

Projecto de Resolução n.º 54, da autoria da Mesa da Assembleia. Nova prorrogação do período de funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional, entrou no dia 17, foi admitida no dia 19 com parecer já da 1.ª Comissão Especializada Permanente.

Proposta de Resolução n.º 35/X legislatura, da autoria do XVI Governo Constitucional, Acordo sobre a Concessão de Vistos para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da CPLP, deu entrada no dia 5 de Maio, foi admitida no dia 9, foi baixada a 2.ª e 5.ª Comissões para análise e parecer.

Petição n.º 29/X/6.ª da autoria de Joseth dos Santos, Anyton Viegas, Elsa Viana e Adriano Correia que solicita a intervenção da Assembleia Nacional, no sentido de reparar as injustiças cometidas pelos Serviços Geográficos e Cadastrais, entrou no dia 10 de Maio, foi admitida no dia 12, foi baixada a 1.ª Comissão para análise e parecer.

Petição n.º 30, Jucilene Fernandes, solicita a intervenção da Assembleia Nacional, no caso do seu despedimento que julga ilegal, entrou no dia 12 de Maio, foi admitida no dia 15, foi baixada a 1.ª Comissão para análise e parecer.

Petição n.º 31, Alfredo do Rosário Medeiros, Pede a intervenção da Assembleia Nacional, no sentido de reaver os seus direitos laborais, entrou no dia 16 de Maio, foi submetida a Mesa da Assembleia Nacional para a sua admissibilidade.

A Mesa também recebeu um convite da Assembleia da República da Guiné Equatorial que passo a ler o teor.

República da Guiné Equatorial, Presidente da Câmara dos Deputados.

Bata, 3 de Maio de 2017, Excelentíssimo Sr. José da Graça Diogo, Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Sr. Presidente, querido irmão.

Com a finalidade de estreitar os vínculos entre a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e a Câmara dos Deputados da República da Guiné Equatorial, no âmbito das excelentes relações de amizade e cooperação existentes entre ambos os povos e governos, tendo em conta que ambos os países são membros da CPLP, na sequência do nosso último encontro em Dhaka, Bangladesh, durante a 136.<sup>a</sup> Assembleia da UIP, tenho a honra de formular a Vossa Excelência o presente convite para que uma delegação de alto nível da Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe efectue uma visite oficial a República da Guiné Equatorial.

Queira aceitar Excelência o protesto das minhas mais alta consideração e estima. Gaudêncio Mesu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Obrigado, vou interpelar a Mesa na base do artigo 104, n.º1.

Sr. Presidente, acabamos de ouvir a leitura de expedientes que foram introduzidos e efectuados na Mesa da Assembleia Nacional, espanta-nos como é que numa Casa plural ignoram as iniciativas, as petições, as notas que são endereçadas a Mesa da Assembleia pelos partidos políticos com assento parlamentar, isso é inaceitável em democracia.

O Grupo Parlamentar do PCD introduziu uma carta a Mesa da Assembleia Nacional pedindo um debate, isso é um expediente, o despacho não interessa, mas deve ser anunciado, o povo tem que saber que esse pedido foi efectuado na base legal.

Os partidos com assento parlamentar introduziram uma petição a Mesa da Assembleia, não foi anunciado e o mais caricato é a Mesa devolver o documento com argumento que não está devidamente assinado, isto não é prática administrativa.

Porque a instituição não sabe como é que as pessoas assinam. Eu, por exemplo, no meu Bilhete de Identidade está rúbrica, assinatura autêntica, oficial. Devolver um documento porque não está devidamente assinado é preciso ter critérios ou define que doravante os documentos que dão entrada na Assembleia têm que ser autenticados ou reconhecidos assinatura, isto tudo bem, depende da norma que a Mesa da Assembleia quiser. Agora, se alguém rúbrica um documento, uma petição, devolver porque não está devidamente assinado não é legal. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, posso dar algumas informações acerca disso. Realmente a Mesa recebeu uma primeira vez um pedido assinado por três partidos na altura, MLSTP/PSD, PCD e UDD, primeiro pedido, que não teve anuência por causa disso, porque vinha apenas assinado fotocópias. Quando numa assinatura legal é a pessoa assinar o documento.

Então, a Mesa fez um despacho a pedir para reintroduzir o documento e como dizia no nosso Regimento tem vinte dias para poder responder aquilo. Então achei por bem fazer esse despacho no sentido de poder recorrer a situação.

Depois tive também informação *a posteriori* que voltaram a introduzir o documento, já com mais partidos da oposição e como diz o Regimento, vou ler no artigo 88.º sobre o debate de urgência para ver o que diz:

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é necessário.

O Sr. **Presidente**: — Estou a argumentar Sr. Deputado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é o despacho, estou a dizer a informação, leitura dos expedientes.

O Sr. **Presidente**: — Houve uma primeira vez e a segunda vez, é verdade se ouve se calhar alguma falha, não da Mesa, é do serviço porque é o serviço que elabora todos os documentos que entram na Mesa. É verdade que poderia ter vindo isso também incluído, mas como não vem estou a explicar porquê.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não está em causa isso.

O Sr. **Presidente**: — Não acabei Sr. Deputado, estou a explicar o porquê que a Mesa não admitiu. Só peço para verificar o ponto 2 do artigo 88.º que fala do debate de urgência, porque isso tem que ir a Conferência de Líderes e a Conferência não anuiu que se discutisse isso na plenária. Posto isso não havia razão para agendarmos para discussão. Era a explicação que poderia dar ao Sr. Deputado porquê que a Mesa não,... mas claro, houve essa pequena falha peço desculpa em nome da Mesa, da próxima vez faremos o possível para que ao nível da Mesa da Assembleia não repetirmos o erro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, com a sua explicação, obriga-me a fazer esta intervenção. Parece-me que essa é a terceira vez que o Presidente sempre tem essa lamentação de que foi falha dos serviços.

Nós também enquanto grupos parlamentar vimos através desta intervenção repudiar esta atitude da Mesa da Assembleia e exigimos, independentemente da falha que se reconheceu aqui, que na próxima sessão plenária se divulgue os expedientes que deram entrada pela oposição.

Pedimos até hoje, muito recentemente, a questão do acordo de cooperação com o Ruanda até agora não recebemos qualquer informação. E não pode ser falha, isso é uma Casa da democracia é preciso agir em função das regras que estão estabelecidas.

O Sr. **Presidente**: — Como o Sr. Deputado sabe, pede-se a Mesa e dirige-se a Secretária da Mesa para fazer os expedientes junto ao governo no sentido de se obter essas respostas e até a data não tivemos o retorno. Portanto o senhor está a colocar uma questão que está nos seus trâmites legais ainda. Estamos aguardando para quando recebermos a resposta informaremos ao Grupo Parlamentar.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — O Sr. Presidente não está a entender.

O Sr. **Presidente**: — Apenas o expediente, está bom, ok.  
Deu entrada sim, mas está a correr os seus trâmites, não obtivemos o retorno, estamos aguardando.

**Uma Voz**: — Mas deve-se anunciar.

O Sr. **Presidente**: — Ok, aceito a falha em nome de todos.

Só para clarificar, recebi algumas inscrições, mas gostaria de saber, porque não define, quem está interessado em fazer alguma declaração política. Todos dizem simplesmente Período de Antes da Ordem do Dia. Mas deveria dizer se é para fazer declaração política ou assunto de interesse político relevante, não está definido.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o MLSTP/PSD faz referência ao artigo 83.º, alínea b), que é declaração política.

O Sr. **Presidente**: — Da parte do MLSTP/PSD.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sim, Sim, para as duas situações.

O Sr. **Presidente**: — Nesse convidaria alguém que poderia substituir o Sr. Deputado Jorge Amado, porque ele foi para uma sessão, daí que alguém poderia vir proferir essa declaração política em nome do MLSTP/PSD.

Tenho cá uma inscrição do PCD e não diz se é declaração política ou não. A inscrição diz apenas que é para intervenção no Período Antes da Ordem do Dia. Antes da Ordem do Dia temos duas questões, ou declarações políticas ou assunto político de interesse relevante.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, para dizer que para o nosso caso é no ponto de assunto político de interesse relevante.

O Sr. **Presidente**: — E o ADI.

**Uma Voz**: — Assunto político de interesse relevante.

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados: A declaração política do MLSTP/PSD vem na reacção daquilo que foram as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, queremos, MLSTP/PSD, dizer ao país e ao mundo que a nossa democracia está de luto. Está de luto isto porque ontem tivemos oportunidade de acompanhar pela televisão de todos nós, a televisão pública, a declaração do Sr. Primeiro-Ministro durante uma hora e meia.

Depois das mesmas declarações terem recebidas tratamento jornalístico voltou a ocupar o espaço de antena de uma hora e meia para o Sr. Primeiro-Ministro dar o seu show, falar aquilo que pretende sobre a Nação.

Gostaríamos de dizer que o Sr. Primeiro-Ministro ao falar sobre cortes de subsídios, esqueceu também que o Sr. Primeiro-Ministro tem feito muitas viagens fora do país e não anunciou os devidos cortes. Gostaríamos de dizer também que hoje os salários na administração pública do estado, dos directores, estão em mais de 1.5 euros, o que perfaz 32 milhões de dobras e houve cortes dos subsídios, mas também tinha que ver cortes dos salários, porque os salários são pagos através das doações o que poderia ser o contrário, os salários serem pagos através das receitas fiscais, o que não tem acontecido.

De tudo que ouvimos ontem, demonstra que o governo da ADI liderado pelo Sr. Primeiro-Ministro, tratou-se de uma autêntica manobra de diversão para esconder algo de muito grave que está nas finanças públicas, algo que cheira a um autêntico desastre e descalabro financeiro. Alguma coisa de muito grave está a esconder com o imenso buraco da segurança social que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro são responsáveis.

O Governo está a esconder a sua incompetência, a sua incapacidade, a sua frustração e seu desnorte na governação. O Governo está a esconder muitas coisas que são visíveis e muitas coisas que já tinham sido alertadas no parlamento quando a ADI aprovou a atrapalhada, a farsa e apalçada do OGE ilegal. O Governo tenta esconder muita coisa, mas não precisa, vê-se a olho nu a pobreza que aumenta no País, a miséria, os milhões de dólares que desaparecem sem explicação, aumento do desemprego da população activa, aumento do desemprego da população jovem e a sua devida formação.

O Sr. Primeiro-Ministro disse ter empregado mais de 2 mil pessoas na função pública e o ministro do governo veio ao público dizer que já há mais de 11 mil funcionários públicos, cerca de 5 mil novos funcionários na função pública a cerca de três anos de governação desastrosa que a ADI expulsou, humilhou e perseguiu os que não eram da sua camisola política. Aumento de jovens sem bolsas, expulsão de bolseiros na própria universidade do Estado por falta de pagamento e a revolta da população continua a aumentar.

A fome que aumenta principalmente na camada da terceira idade e ontem o Sr. Primeiro-Ministro veio ao público dizer que os são-tomenses bebem exageradamente, mais uma vez dizer que os são-tomenses são considerados de bêbados, uma irresponsabilidade da parte do Sr. Primeiro-Ministro.

Uma entrevista em que o Primeiro-Ministro diz que selecciona os seus jornalistas, porque não pode falar para todos os jornalistas, os jornalistas devem ser seleccionados, escolhidos para dar entrevista.

A televisão pública é a televisão de todos nós da contribuição, de todos os são-tomenses e esta televisão ontem a disposição do Sr. Primeiro-Ministro para insultar mais uma vez o Povo São-tomense.

Quero aqui nesta declaração também dizer que aumenta os meninos de rua em São Tomé e Príncipe, aumenta jovens formados sem empregos, aumenta greves por tempos indeterminados, temos um caso que é a greve do sector judicial. A insegurança pública aumenta, roubos e assaltos a mão armada que aumenta, o Governo finge que não percebe disso tudo, mas tantas estradas esburacadas que nunca vista na história de São Tomé e Príncipe.

Queremos aqui também dizer, para terminar, porque aliás a nossa declaração é muito longa, mas sabemos que não teremos tempo para expô-la as antenas da Assembleia Nacional, mas iremos ter outro espaço para dizer que gostaríamos que apresentasse as contas dos milhões de dólares desaparecidos, parar com as viagens supérfluas e muitas vezes em jactos privados. Sabemos que cada viagem em jactos privados por hora de voo são mais de 2 mil euros e se o Primeiro-Ministro continua sempre a viajar de jactos privados a custa do erário público.

Devolver os subsídios de renda das casas que recebem, explicar a destruição do barco *Pixe n'dala* que encontra em Neves, explicar o negócio de gás que ameaça o ambiente em Neves, o negócio do petróleo em segredo e também gostaríamos que devolvesse a residência de luxo que o Sr. Primeiro-Ministro usa no Pestana a custa do Estado são-tomense.

*Aplauso do MLSTP/PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos concluir o Período Antes da Ordem do Dia com a intervenção de deputados inscritos para tratamento de assuntos de interesse político relevante, nos termos da alínea c) do artigo 83.º do Regimento.

O tempo global de intervenção sobre esta matéria é de 60 minutos estando distribuídos proporcionalmente para o efeito.

Pela lista que se encontra na posse da Mesa concedo a palavra primeiramente ao Sr. Deputado Xavier Mendes.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O que nos traz aqui é chumbo da maioria sobre a pretensão do debate acerca da problemática do milho introduzido em São Tomé recentemente.

Antes gostaria de fazer um breve historial de como a coisa foi despoletada. A coisa foi despoletada pela aparência que estão a fazer muito na agricultura, com grande discurso nos jornais de que estão a pôr um milho de alto rendimento, mas que só pode ser para alimentação animal e que usa muito pesticida. Claro, quem percebe da matéria vê logo que estamos a incorrer em áreas de milho transgénico.

Discutir política agrícola, saúde pública, ambiente, é politiquice? É inoportuno? E estão a empurrar com a barriga a questão do milho transgénico, desculpa a expressão.

Porque o Póto tem um protocolo das experimentações. Quando se faz uma experiência há um protocolo com a data, com os quilos, identificação das sementes, nome, rotulada e tudo. Porquê que não poem o rótulo do milho que está a ser experimentado para todos saberem? O que custa?

Sejam transparentes.

Não é possível num país que se diz que o paradigma é tornar São Tomé e Príncipe num ambiente saudável quando já se gastou para ter certificação de produção biológica, um crédito de cerca de 13 milhões de dólares, através do FIDA, para que houvesse uma fileira de cacau biológico, pimenta biológica, hoje com a introdução desse milho que usa muito pesticida põe em causa todo esse esforço tanto dos agricultores como da economia nacional. Que política agrícola é essa, não entendemos.

Quando o milho híbrido, o agricultor tem que comprar todos os anos, para cada colheita, para cada sementeira milho novo, quando há variedade aqui em São Tomé e Príncipe de bom milho, com melhor rendimento do que o próprio milho que se está a falar. Temos rendimento de 8, 10 toneladas e esse só produz 6 toneladas, querem pôr o agricultor mais pobre. Não se percebe que se vai importar todos os anos milho para sementeira, pesticidas para combater as pragas e onde é que está o rendimento em termos de escala que o agricultor pode fazer para ter rendimento disto?

Meus senhores, acho necessário que o Sr. Ministro de agricultura reunisse com o Governo, que se ponha na agenda do dia a questão desse debate sobre o milho transgénico.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, apenas para fazer uma ressalva, o pedido não fez alusão a milho transgénico, fez alusão a milho híbrido. Dando resposta a uma cidadã são-tomense que está no exterior. Só para esclarecer a situação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Enquanto São Tomé e Príncipe, nosso país natal continuar com a desorganização, com o desmando total, com essa crise económica que está a assolar o país e até dentro da casa dos são-tomenses, iremos ter complicações de desemprego, fome, miséria, criminalidade, frustração e violência doméstica.

O nosso Primeiro-Ministro no fim do ano deixou uma mensagem para o Povo são-tomense. Ele disse que em 2017 a vida dos são-tomenses vai começar a mudar, mas não vejo um plano estratégico deste governo para enfrentarmos a crise, porque a crise não pode ser saltada, a crise terá que ser enfrentada.

E o nosso governo conta que estabilidade é tudo, estabilidade não é tudo. Queremos diálogo, transparência, consenso entre todos os partidos políticos, com assento e sem assento parlamentar, sociedade civil. O País está parado totalmente, o País não desenvolve porque não estamos a trabalhar, não estamos a fazer nada a nível de política interna, estamos a contar só com mão estendida e não iremos a lado nenhum, vamos enterrar este país.

Enquanto não houver um plano estratégico, um plano de acção que toda a gente trabalha cada um no seu respectivo lugar não teremos sucesso.

Perdooo inocente porque pago imposto, esses inocentes que estão a falar Felisberto paga imposto, são inocentes. Tenho 80 milhões de dobras para pagar. Pago assistência social, esses inocentes eu desconto porque não sabem o que é a vida.

*Aplausos.*

Um governo maioritário, com estabilidade, com toda a instituição do Estado, com toda a máquina do Estado na sua mão, não podemos ter no país menos trabalhadores e mais vandalismo, é mau. O Sr. Primeiro-Ministro tem que parar no país, preparar um plano estratégico para todos trabalharem, senão não vamos a lado nenhum.

Por último, quero que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares tome essa nota, no Distrito de Lembá temos um problema grave, não temos transporte. Todo o transporte está avariado. Há quatro meses para cá compraram uma carinha de 200 e tal milhões de dobras e a dois meses que não vejo essa carinha a andar e falta uma moto neste Distrito. Não sei onde é que a carinha está, não a vejo a circular.

Quería que o Sr. Ministro fizesse uma auditoria no Distrito de Lembá para a gente saber aonde aquela carinha. Compraram a carinha 200 e tal milhões de dobras, como que a carinha não anda nem três meses, isso é qual compra. Tenho carinha a trabalhar 14, 15 anos sem problema, como é que compra essa carinha desaparece.

Gostaria que fizessem uma auditoria, por favor Sr. Ministro, no Distrito de Lembá.

*Aplausos.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Obrigada Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia.

A minha intervenção vem no quadro da problemática da implementação da produção do milho híbrido. Eu gostaria de ligar essa preocupação às questões ligadas à segurança alimentar. Bom, é necessário que todos nós pensemos seriamente no que toca à segurança alimentar, ao nível nacional. Nós para termos a segurança alimentar, é necessário pensarmos na qualidade e na quantidade. Qualidade e quantidade!

Eu gostaria de perguntar, ou que as pessoas reflectissem. Até quando nós vamos continuar a depender do exterior? É necessário, nós trabalharmos, arregaçarmos as mangas para que tenhamos qualidade e quantidade. Nós devemos começar a pensar, que devemos cada vez mais consumir o produto local para evitar a dependência externa. Querendo consumir um frango local, se não tivermos 120 ou 150 mil dobras, não temos essa possibilidade de consumir um frango local (uma galinha de forro). Temos que recorrer a frangos importados, que nós nem sequer sabemos quais são os produtos que estão nestes frangos importados.

Até quando? E cada vez que nós consumirmos mais os produtos importados, nós estamos a dar emprego ao nível externo. Não estamos a promover emprego ao nível interno. Eu quero com isto dizer que é necessário consumirmos cada vez mais aquilo que é local. Então nós temos que pensar na política para que tenhamos o nosso mercado altamente abastecido com produto local. Isso não significa que não consumamos produto externo. O nosso país é pequeno e não temos ainda a capacidade de alimentar a população só com os nossos produtos mas é necessário, nós criarmos política. Portanto, eu quero aqui dizer que, com a implementação do milho híbrido que tem o objectivo para produzir ração animal, eu penso que nós devíamos pensar melhor sobre essa questão porque pelo que eu sei, é o milho híbrido. Produtos híbridos já vêm de há muito tempo. A produção que nós temos...

*Murmúrios.*

...Quando as pessoas falaram, eu não intervim. Por favor, deixam-me falar! Eu agradeço imenso que me deixem falar. Se eu não tenho direito, que me digam.

Portanto, eu gostaria de perguntar a palmeira que nós temos em Ribeira Peixe não é híbrido? A goiaba que nós consumimos, aquela goiaba grande, que tem alguma polémica à volta do excedente de produção não é híbrido? O ananás que nós consumimos não é híbrido? Aquele ananás grande. O cacau que nós consumimos, já de longa data. Eu não sou engenheira agrónoma, mas não é híbrido? A manga que nós consumimos, também, não é híbrida? Isso criou-nos algum problema de saúde, meus senhores!

O milho que nós produzimos aqui em São Tomé não é suficiente para produzir a ração animal. Nós não temos terras suficientes. Não é suficiente para produção de ração animal. E depois deverão ver também o custo! Portanto é necessário que as pessoas pensem melhor, analisem melhor, porque nós enquanto estivermos a consumir o produto local, estamos a promover o emprego. Se não há emprego, se há muita gente no desemprego, então temos que pensar em criar alternativa. Começar a consumir aquilo que é nosso, que nós sabemos que é são, justo e limpo. O milho está sendo cultivado, para depois levarem para teste para se analisar.

Leva-se para o laboratório para analisar se justifica ou não.

Portanto, eu acho que não vale a pena fazermos política com esse assunto. É questão de reflectirmos melhor, porque nós precisamos de abastecer o nosso mercado com os nossos produtos.

*Aplausos*

O Sr. **Presidente**: — Agora, gostaria de convidar o Sr. Deputado, José António Miguel para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Bom dia Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro bom dia.

Em princípio, não gostaria de usar da palavra nesta sessão. Mas se faço isso é para, em primeiro lugar, felicitar o Governo, particularmente, o Sr. Primeiro-Ministro pela coragem. Porque algumas medidas para se tomar, é preciso ter coragem, muita coragem. Daí que o Sr. Primeiro-Ministro tem demonstrado, de facto, alguma coragem para tomar medidas que ele tem estado a tomar.

Porque, repara, denunciar em São Tomé e Príncipe não é fácil. Porque há muitas questões que o Governo quando tomou posse, encontrou e que era preciso encher-se de coragem, eu volto a dizer, para fazer essas denúncias. Porque muita coisa estava escondida nesse país de facto como alguém estava a dizer. E o Primeiro-Ministro tem tido a coragem para fazer essas denúncias. Denunciar por exemplo, a questão que muita gente tenta esconder, tenta escamotear, tem a ver com a questão dos bancos que foram à falência nesse país.

Os bancos foram à falência nesse país e ninguém diz nada. Os responsáveis pela falência dos bancos andam por aí impunes e são as pessoas que acham que são mais sérias no país.

Digam o que quiserem dizer, estão nos bastidores a criticar o Governo, a criticar a acção do Governo, mas são as pessoas que deveriam ser responsabilizadas por aquilo que andaram a fazer durante o tempo que andaram a governar.

As ditas casas sociais que foram entregues aos compadres, camaradas.

Há pessoas, inclusive que nem sequer deveriam ter acesso à uma casa social. Pessoas com muitas casas, que ainda têm casa social e quando, de facto, as pessoas que mereciam, as pessoas que deveriam ter acesso às casas sociais, não as têm. Mas, uma vez que essas pessoas, por terem padrinho na cozinha, pelo menos honram os seus compromissos.



### *Aplausos*

Eu gostaria também de dizer, se o Governo, o Primeiro-Ministro usa os órgãos de comunicação social do Estado para explicar à nação o que está a passar, eu acho que é bom.

Eu não vejo mal nisso. Reparem, governar tem de ser de forma transparente.

As coisas públicas devem ser tornadas públicas e eu não conheço um Governo em São Tomé e Príncipe que teve a coragem de fazer a publicação do salário das pessoas.

As pessoas tinham receio de o fazer e o actual Governo fez e acho que nós, embora não sejamos propriamente do partido que sustenta o Governo, mas o Governo é Governo da República.

Se de facto o Governo está a fazer as coisas que nós entendemos serem boas, também devemos aplaudir não precisamos ser da cor do Governo, ou do partido que está no Governo, para aplaudir aquilo que o Governo faz de bom.

Por isso, eu volto a dizer-vos que, do meu ponto de vista, a nossa democracia nunca esteve melhor porque fazer denúncias, apresentar factos, governar com transparência, publicar aquilo que deve ser público, eu acho sim essa é que é uma democracia saudável e, o nosso país, do meu ponto de vista, a nossa democracia nunca esteve saudável. Democracia implica participação do cidadão na acção governativa. Logo, fazer publicação de salário é uma forma também das pessoas estarem de facto a participar. É preciso que haja esses tipos de comportamentos para que as pessoas aprendam a governar num Estado de Direito Democrático.

Agora, ao contrário, eu gostaria de dizer aqui um aspecto que para mim é lamentável que tem sido o comportamento de alguns dos nossos colegas Deputados que sabem de antemão que nós quando falamos aqui para o público estamos a falar para pessoas. E as pessoas estão a nos ouvir. E nós muitas vezes, não transmitimos de facto, seriedade aqui.

Num país sério, por exemplo: nós ouvimos aqui pessoas a denunciarem, denunciar não, Quer dizer, a baixarem de nível, em termos de comunicação, a dizer coisas que são imperdoáveis. Essas pessoas fazem essas declarações e são impunes.

Eu acho que nós deveríamos encontrar um mecanismo, é verdade que o Parlamento é um espaço para os Deputados parlarem, poder falar, mas é preciso nós elevarmos um pouco o nível e é preciso também que as pessoas sejam responsabilizadas, no meu ponto de vista, quando vêm para aqui falar. Porque quando as pessoas denunciam, atacam pessoas, dizem que as pessoas, por exemplo, traficam droga, consomem droga, pessoas fazem isso e aquilo, eu acho que é falta de responsabilidade. Sabemos que quando falamos aqui, somos ouvidos a nível internacional, todas as pessoas estão a nos ouvir e fazer essas denúncias aqui e não ser punidas eu acho que aí sim, é o perigo da democracia.

Porque as pessoas acham que têm esse espaço aqui e falam o que querem e as pessoas que querem dizer determinadas coisas não têm um espaço para dizer, este é que é o desequilíbrio.

Por isso, eu acho que é preciso que as pessoas que vêm para cá, de facto, digam coisas, mas digam coisas com alguma responsabilidade. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves para uma intervenção

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, a minha intervenção é rápida e versa sobre dois aspectos fundamentais. A primeira questão tem a ver com uma questão lamentável que acontece no nosso hospital. Ninguém está contra o controlo das portagens, da entrada, do acesso aos lugares públicos e deve-se controlar.

Mas é lamentável com aquilo que acontece na portagem ou porteiro do Hospital Central. E Sebastião Santos dizia sempre que quando as coisas não acontecem connosco está tudo muito bem, e quando acontece connosco é que vamos saber qual é a dor. Porque se eu perguntar aí a qualquer deputado aqui hoje sentado que não trouxe a sua peça de identidade, o bilhete de identidade, cartão de deputado não importa o quê e se a mulher ligar para ele e dizer que o seu filho caiu de escada, partiu a cabeça e está no ITI portanto, Banco de Urgência.

Não sei se alguém vai a casa buscar o bilhete de identidade e depois ir para hospital. Porque se for para hospital sem o bilhete de identidade não tem acesso para ver o seu filho. Isso é normal? Alguém vai para hospital passear? Só se vai para hospital por necessidade ou é paciente ou vai visitar alguém que está internado. Eu acho que deve ser revisto esta questão. Todos os dias há um problema no hospital com relação a isso. Pessoa que sai de casa com refeição para o seu familiar e porque esqueceu do seu bilhete de identidade não tem acesso... Já sacrifica para fazer uma refeição que é difícil hoje fazer nalguns casos e chega hospital regressa com o comer porque não trouxe bilhete de identidade. É uma questão para reflectir.

Outra questão tem a ver com uma entrevista do director das pescas, uma boa entrevista. Gostei de uma parte da entrevista, mas de outro lado fiquei pasmado. Dizia o Sr. Director das Pescas, do encontro que teve com o Sr. Director da FAO, ficou aberta a possibilidade de se construir um novo mercado para comercialização do peixe. Boa ideia. E ele foi mais longe dizendo que no nosso país o peixe é mau exposto para venda, sujeito ao sol e chuva e isso ainda poderá causar doença. É a palavra dele, muito bem. É mau.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou. Portanto, tem mais 2 minutos cedido pelo MLSTP/PSD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É de aplaudir. Isto que é a coragem de falar a verdade. E aí é que vem a minha preocupação. Quando se demoliu a chamada vergonha pública a feira de ponto, tinha-se que construir um espaço condigno para que os pescadores e palaiês expusessem os seus pescados. Construiu-se uma lota de pescado, mercado para se vender peixe com todas as condições inclusive laboratório para os técnicos biólogos seleccionarem a espécie.

Fábrica de gelo em escama cubo e em pedra. Um espaço condigno com todos equipamentos inclusive bandejas em inox. Choveu em jacto para lavar todos os dias. Tudo isso foi removido e enviado para um espaço que ninguém sabe. Inicialmente no armazém perto de CFAO e hoje já não sei se está lá e em que condições está. E por opção fez-se supermercado. E agora, vem o director de pesca a dizer que temos que encontrar fundo para construir um espaço para comercialização de pescado. É uma pena. Um dia Deus tem que vir para cada um assumir a sua responsabilidade e pagar a sua culpa. Esse povo não merece isso.

O Sr. **Presidente**:— Antes de continuar, agradecia que o Sr. Deputado Xavier Mendes consultasse o nosso Regimento no seu artigo 85.º, ponto 4 que diz o seguinte: «Nenhum Deputado pode ser inscrito mais de uma vez no período antes da ordem do dia». E é nesse momento que estamos. Estamos no período antes da ordem do dia. No período da ordem do dia sim, volta a recolocar a questão que estiver como esclarecimento e será dada, mas para o período antes da ordem do dia não pode. Não aceito inscrições. Não pode ser inscrito mais de uma vez. Quer dizer, já fez uma primeira inscrição e já teve a palavra no período antes da ordem do dia e mais uma vez não pode. É isso que o Regimento diz. E o pedido de esclarecimento não integra aqui. Ele terá o seu pedido quando entrarmos na fase dos assuntos a debater em termos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, queria reagir aqui em relação a algumas intervenções, mas penso que outros Deputados virão. Mas o que me traz aqui em primeiro lugar era para reforçar de facto aquilo que o Sr. Deputado Felisberto Afonso levantou em relação a uso dos bens de Estado ao nível da Câmara de Lembá, porque as pessoas sorriram, mas é uma realidade. Foi adquirido uma carinha e que até hoje depois de circulação de dois ou três meses não se sabe o paradeiro. E seria bom que o Governo no quadro da transparência pudesse clarificar esta e outras matérias em relação a Câmara de Lembá.

Um segundo aspecto, tive a oportunidade semanas atrás de estar em Moçambique e conseguimos falar com a representação da comunidade são-tomense em Moçambique, que rondam cerca de dois mil são-tomenses. E foram colocados algumas preocupações que eu gostava aqui partilhar com o Governo das dificuldades que os são-tomenses têm naquele país sobretudo no que toca a questão de documentação. Hoje não é possível, eles lá renovarem os seus passaportes e assim têm que regressar aqui para o País de origem para adquirir o passaporte.

O mais lamentável, e a questão que eles colocam é em relação aos estudantes. Há estudantes que foram beneficiados com bolsa de Estado por um período para cumprir o seu estudo de três a cinco anos, mas os estudantes deslocam com um visto de duração de um ano. Obriga que neste período de um ano ele deve regressar ao país de origem para renovar o seu passaporte. Quando às vezes os governos pecam na questão das bolsas mensais que tem a obrigação de enviar.

Por isso, é uma das preocupações que eles colocam e que pediram que aqui nós pudéssemos partilhar isso com o Governo. Há outro elemento que é importante. Hoje os são-tomenses estão lá acerca de trinta anos e temos quadros valiosos que tivemos a oportunidade de conhecer alguns, especialistas. E houve-se falar que às vezes temos várias actividades realizadas cá e fora de país que nós só importamos os quadros especialistas estrangeiros.

Seria bom no quadro dessa relação que existe através das embaixadas, poder identificar quadros porque é possível sim no quadro desse intercâmbio aproveitar os nossos quadros para também fazer seminário por um lado e por outro lado valorizar quadros são-tomenses. Essas foram duas preocupações mais gritantes e que fá-lo-á também a questão dos doentes que estão lá e que têm documentos caducados e levam às vezes seis meses a um ano para renovação e têm que regressar, porque nós não temos ainda uma embaixada em Moçambique.

É uma questão de legalização e penso que o Governo deve tornar isso mais flexível para permitir sobretudo estudantes que estão lá e que receberam bolsas do Estado são-tomense, porque não têm condições de bolsa para aguentar. Têm que pagar a passagem para vir para São Tomé em via Lisboa para chegar São Tomé e Príncipe só para renovação dos seus documentos. E porque tivemos encontro com eles era preciso dar essa satisfação para saber que as preocupações que recebemos ao nível do que eles levantaram foi aqui colocadas, com intuito do governo poder naquilo que é possível poder ultrapassar. Por causa de tempo eu termino e muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Beatriz de Azevedo.

O Sra. **Beatriz de Azevedo** (MLSTP/PSD): — Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, bom dia.

A preocupação que me traz aqui não é só a preocupação minha, mas sim da população do distrito de Caué.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada dois segundos. Eu gostaria de apelar a toda gente encarecidamente para fazerem pouco barulho. Estamos numa sessão plenária, e por respeito que nós temos com a Casa Parlamentar, vamos comportando condignamente e poder continuar com essa sessão até o final.

Sra. Deputada tem a palavra.

O Sra. **Beatriz de Azevedo** (MLSTP/PSD): — Como eu vinha dizendo, a preocupação que eu trago, é da preocupação do povo de Caué, onde o bairro de Angolares chamado o bairro beira-mar, está numa zona inclinada que é da parte da praia, e com andar dos tempos algumas valas que lá tinham, onde passava a água do rio, hoje algumas casas que estão ao lado desse riacho tem estado a correr risco.

Corre-se risco, porque cada dia que passa a água de chuva vai tirando os barroos que antes segurava a casa, e hoje quase que essas casas, como toda gente sabe que casa em Angolares é feita de madeira, e aquelas casas estão em perigo.

Pelo menos, tenho fotografias que eu terei daquele espaço, quem quiser ver como é que aquilo está, pode vir ter comigo, para ver que a população daquele bairro corre risco.

Gostaria de fazer um apelo aqui a nível da Assembleia ao governo, que quando tiver que elaborar orçamento de 2018 ou mesmo rectificativo, que fosse ao local tomar conhecimento como é que está a população do bairro beira-mar de Angolares.

A segunda questão é o troço da estrada que liga Monte Mário à Porta Alegre. Eu várias vezes fui abordada sobre a situação como Deputada do distrito, que esse troço de estrada que encontra nessa situação até agora nada foi feito para melhorar. Conforme aquilo está, se medidas não forem tomadas com urgência dia-a-dia, Deus queira que não aconteça nada, porque aquilo está numa situação perigosa.

Há momentos que os passageiros têm que descer do carro, depois para o carro conseguir subir, tanto o autocarro, como os autocarros de turista mesmo os Hiaces. Então, todos esses carros estão em perigos e a própria população também está em perigo.

*Aplausos de MLSTP/PSD*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Danilson Cotú. Foi-lhe cedido um minuto.

A Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente. A minha intervenção é breve, mas sendo Deputado da Nação e nessa qualidade representante do povo, fui abordado por um grupo enorme de alunos das universidades de São Tomé e Príncipe, da Lusíadas e do IUCAI, que pediram-me para em nome deles clamar ao governo no sentido de resolver o problema de pagamento das bolsas.

Os alunos estão numa situação que eles vão entrar no período das provas, e se as bolsas não foram pagas podem correr o risco de não terem acesso ao exames e nem conhecer os seus resultados. Dai, apelo ao governo, tenham a piedade dos estudantes, paguem por favor as bolsas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Presidente, já me sentia um pouco ultrapassado, mas como foi dito ali a questão de doca, era preciso esclarecer algumas questões que pelo menos tenho conhecimento.

Como sabem o Governo do partido onde eu faço parte, tomou essa decisão da questão para poder transformar a doca num supermercado, porque segundo os estudos que foram feitos não era possível atracar nenhum barco ali perto da doca. Dai que o que foi feito, o que se pensou na altura, bem pensado, mas infelizmente não se tomou em conta os estudos.

Dai que é preciso esclarecer a população, que o Governo não tomou a iniciativa de dar aquele espaço uma utilidade só por dar, porque não tinha sentido.

Eu na minha óptica, eu penso que foi bom, porque nós temos muitas estruturas físicas, sobretudo as coloniais. Os armazéns do tempo colonial que muitos deles estão ali abandonados, em ruínas. Dai que o Governo tendo essa iniciativa, acho bom. Quer dizer, foi bem pensado porque nós somos sobretudo um país em que temos uma classe bem grande da pesca, mas se calhar não se tomou em conta os pormenores devidos. Dai que dando aquilo uma utilidade, é muito bom, pelo menos aquela estrutura já não ficará ao abandono como muitas outras que temos no nosso país.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar Vossa Excelência, saudar o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Sras. e Srs. Deputados.

Duas preocupações me trazem aqui. A primeira é que eu tenho conhecimento de várias pessoas doente que vão ao hospital marca uma consulta e a consulta é marcada 2, 3 meses depois.

Se a pessoa está doente, vai ao hospital para marcar consulta, e só consegue ver o médico, 2, 3 meses depois.

Eu pergunto, como é que estará a situação da saúde dessa pessoa 2, 3 meses depois?

E o mais agravante, e o mais grave, é que tenho conhecimento que há médicos no país, alguns que chegaram há um ano, outros que estão cá há vários anos, no desemprego. Não estão a ser enquadrados. Como é que um país com tanto problema de saúde, pode dar-se ao luxo de ter médicos no desemprego, em casa, não estão enquadrados, com agravante de que eles estão a perder conhecimento em casa sem fazerem nenhum. Os médicos têm que estar em constatação. É necessário analisarmos isso friamente Sras. e Srs. Deputados, porque isso é uma coisa de saúde, e todos nós estamos portanto submetidos a qualquer tipo de doença, todos nós precisamos de médico e é necessário valorizarmos mais os nossos médicos, que são pessoas que o Estado é que suportou os custos com a sua formação e não podem estar assim em casa. Por isso, gostaria de pedir encarecidamente ao governo que analisa-se essa situação, porque é complicado.

Segunda questão, estamos a falar de desenvolvimento do turismo, e os turistas começam a chegar. Vê-se diariamente a TAP e noutros voos que chegam ao país, vários turistas, e eu pergunto. O que fazer dessa nossa cidade cheia de lixo? O lixo está a invadir a cidade, está tomar conta da cidade. Nós já fomos uma das cidades mais limpa da nossa sub-região.

O nosso primeiro cartão-de-visita quando se vem do aeroporto, é aqui na zona de feira de ponto, o cheiro nauseabundo, a forma como estão os lixos acumulados, que provoca também a doença, portanto é um problema de saúde pública. O turista que vem, vê isso ainda é capaz de dizer: «Oh São Tomé, é um país bonito sim, mas olha, aqui está muito sujo, muito lixo.» Só isso pode desmotivar, pode desmotivar a vinda dos outros. Por isso, gostaria que encarássemos isso a sério. A questão de saúde está em primeiro lugar.

*Aplausos de MLSTP/PSD*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmaiel da Glória.

O Sr. **Esmaiel da Glória** (ADI): — Sr. Presidente, só tomei a palavra simplesmente para dizer duas coisas.

A primeira centralizará sobre tudo na questão da estrada.

Eu quero aqui felicitar o governo pela excelente intervenção tida na última semana, na reabilitação ligada aos buracos que nós tínhamos aí na cidade, nos olhos de cidadãos, vê-se que o Governo tem vontade em intervir nesta área. Tinha levantado ultimamente uma questão, uma colega aí na Sala, dizendo que a estrada que liga aí para cima de Caué, quase chegar a zona de Porta Alegre, que merecerá a intervenção.

É só para dizer a Sra. Deputada, que o Governo está preocupadíssimo com a questão da estrada.

*Risos*

E demonstrou isso numa acção de intervenção tida aqui nos buracos da cidade. Isto é um sinal que o Governo dá quanto a questão levantada pela Sra. Deputada.

Também para dizer que no campo da saúde...

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, a coisa está a descambar. Eu fiz já um apelo para serenamente, podemos ter a nossas intervenções, sem muito ruído, mas isso continua. Agradecia imenso que todos nós tivéssemos essa sensibilidade e ao respeito a nossa Casa Parlamentar, pudéssemos fazer aquilo que nos cabe.

O Sr. **Esmaiel da Glória** (ADI): — Pois continuando, no campo de saúde, dá também para notar a preocupação do governo com esta área. Só para dizer, trazendo um exemplo, se formos para área de saúde de Água Zé e fomos ver o avanço das obras que temos lá hoje, para dar resposta a situação de saúde no distrito, temos que considerar o desempenho do Governo...

*Murmúrios*

...Também para continuar eu penso que, qualquer um cidadão, ou qualquer um utente que fosse na outrora, Sr. Presidente...

**Uma voz:** — *Calma.*

O Sr. **Esmail da Glória** (ADI): — ... Sim, sim. Qualquer um utente que em tempos atrás fosse para aquele centro de saúde, e hoje toma contacto com a obra que está em execução, de requalificação e de devolução de melhores serviços de saúde aos moradores, tem que felicitar e agradecer o bom senso do Governo para responder a situação de saúde.

Sr. Presidente, continuando no campo do País auto se sustentar, se nós fomos ver no passado, vamos ver desde que nos tempos coloniais, que tínhamos uma administração pública muito pequenina, que tínhamos números de população muito reduzido, nunca o País auto se sustentou, para quem conhece um bocadinho da história, vá lá e reveja. Reveja os arquivos e chegaram lá.

Para dizer também que no ponto de vista de criação de emprego, temos soluções. Se nós fomos ver para as obras que irão inicial brevemente, ligado a Porto e Aeroporto, vamos constatar uma rápida intervenção, um rápido consumo de muita mão-de-obra, e os jovens estão de parabéns, a juventude está de parabéns...

*Aplausos do ADI.*

... É só para dizer que, o que nós devemos criar aqui é uma consciência política. Uma consciência política que vai gerar uma coesão social, para os desafios que temos de hoje num tempo difícil, mas possível de vencer. Obrigado Sr. Presidente.

*Aplausos do ADI.*

*Murmúrios*

O Sr. **Presidente:** — Sra. Deputada Beatriz de Azevedo, esta sair?

O Sra. **Beatriz de Azevedo** (MLSTP/PSD): — Não, estou o Sr. Deputado Esmail Glória, que seu lugar não é para Deputado, *é para assessor de ministro.*

O Sr. **Presidente:** — Não é preciso dizer assim, é pedir ao microfone e falar. Não é lançar piloto a distância.

Tem a palavra Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira para uma intervenção.

A Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente. Antes de elencar aqui os assuntos que eu trago na minha opinião de interesse relevante, eu gostaria de pedir a Mesa para atentar no artigo 83.º ponto 6 e eu passo a citar: «Os tempos utilizados no período de antes da ordem do dia na formulação de protestos, contra protestos, pedidos de esclarecimento, respectivas respostas e declaração de voto orais são levados em conta no tempo global atribuído a cada grupo parlamentar». Obrigado

Para aqueles que pediram esclarecimento o seu tempo esgotou. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando recebi a convocatória antes de ontem para poder participar nesta reunião plenária, e acompanhando aquilo que é a nossa vida política e social, comecei a organizar a minha ideia para poder intervir em representação daquilo que me confere, a própria Constituição da República.

Mas, aqueles que são políticos atentos e eu sou, seguindo ontem os esclarecimentos feito por Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, eu senti-me e sinto-me um tanto quanto ultrapassado, em varias matérias. No entanto eu gostaria de ressaltar um aspecto que é fundamental e que Sr. Primeiro-Ministro sublinhou, sobre a creditação dos jornalistas que têm acesso nesse caso a gabinete do Primeiro-Ministro. E nós muitas vezes fazemos algumas guerras desnecessárias, eu penso que nós devemos copiar os bons exemplos.

E todos aqueles que acompanham aquilo que é vida internacional sobretudo, sabem que os grandes eventos e algumas instituições só participam pessoas credenciadas. Jogos de futebol, não são todos os jornalistas que entram para o Estado da Luz, para fazer uma cobertura jornalística se não forem credenciados. Casa Branca tem jornalistas credenciados, não são todos jornalistas que vão, logo eu acho que Sr. Primeiro-Ministro, ao assumir que vão jornalista para seu gabinete, aqueles que estão devidamente credenciados, eu penso, que aqui nós estamos no bom caminho, e isto é política com elevação.

Ainda nós falamos, aqui é um apelo que eu faço a nossa comunicação social, nós seguimos aquilo que tem em vista o governo no sector das Finanças, sobre arrecadação de receitas nesse caso através das taxas, e infelizmente tem havido alguma desinformação a nossa população, que as pessoas que mesmo não trabalham devem pagar imposto, isso não corresponde a verdade, mas se nós reparamos bem, nós vamos ver que desde era colonial, mesmo nalguns anos a seguir a independência, na primeira república, os cidadãos pagavam os seus impostos, e a participação ou exercício pleno da cidadania, faz também parte que os cidadãos paguem seus impostos.

Claro que há critérios, e nisso eu gostaria de apelar a Televisão Nacional e a Rádio, para terem uma intervenção pedagógica. Ontem estive no terreno na zona de Manhaço, por acaso e eu vi um senhor já da certa idade, e mostrou-me um cesto cheio de papéis, e ele dizia que ia para fazenda pagar os seus impostos pela palmeira que ele utilizava. Eu penso que é disso que nós precisamos, e nós não precisamos desentornar a população daquilo que é essencial.

E para terminar, eu gostaria de dizer que, nós precisamos de fazer abordagens políticas, tomar decisões políticas, na base de análise técnica. Logo não quero entrar muito em questões de milho, porque aqui já foi apresentado pela minha colega Alda Ramos, mas eu penso que Assembleia tem mecanismos, há uma comissão especializada, representado por diversos grupos parlamentares, podemos muito bem desencadear aqui um processo de ouvir os técnicos, e apropriarmos, não é todos Deputados, se apropriarem daquilo que são aspectos técnicos, aí passamos para abordagem política, porque fazer política sem base, sem sustentação técnica, eu penso que estaríamos a incorrer um erro.

E por fim mesmo Sr. Presidente, eu gostaria de saudar o trabalho que Assembleia Nacional tem levado ao cabo para implementação do Parlamento infantil juvenil. Sobretudo vejo aqui meu amigo Deputado Barbosa, a olhar para mim que é o Presidente da 5.<sup>a</sup> Comissão, felicitar a 5.<sup>a</sup> Comissão por esses trabalhos, mas eu quero chamar atenção que o parlamento infantil, as crianças e jovens, normalmente aprendem-se com os mais velhos. E nós os mais velhos hoje, se não somos devemos ser espelho, e todos hão-de concordar comigo, que espelho reflecte a imagem que esta na sua face.

Essa imagem pode, quando falamos do belo, pode ser belo ou pode ser feio. Quem é feio, vai sair de lá feio, quem é belo, vai sair belo, portanto o espelho vai reflectir essa imagem. E nós aqui, os Deputados, precisamos de reflectir essa imagem. Se nós estamos a instalar o Parlamento Infantil Juvenil, então temos que ser imagem, símbolo, representação etc., para que as nossas crianças e os nossos jovens aprendam o exercício e participação da cidadania connosco, e lamentavelmente com devido respeito Sras. de Srs. Deputados, nós não temos sido esse espelho, não estamos a ser.

E eu, quando falo, falo na Assembleia no colectivo, mas se for o caso eu posso apontar os dedos. Eu participei, aliás, seguiu o parlamento de fora a primeira vez, na última sessão, em que se discutiu a vinda dos militares Ruandeses, não vou entrar aqui, porque já foi debatido, mas é isso que o Sr. Deputado José António disse, na sua intervenção. Precisamos de responsabilidade naquilo que fazemos, sobretudo quando usamos este micro aqui. Não basta representar por representar, temos que ter responsabilidade e sentido de estado quando vimos cá com este facto representar o povo. Por essa razão, uma vez mais nós parlamentos precisamos ser espelho, para que as nossas crianças e jovens, aprendam o que é bom e separa aquilo que é mau. Obrigado.

*Aplausos do ADI*

*Murmúrios*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, estou a intervir, e nem me deixam falar também.

*Murmúrios e risos*

**Uma voz**: — *Pedido de esclarecimento.*

O Sr. **Presidente**: — Bem, podemos ter aqui alguns pedidos de esclarecimento, e nesse sentido, o MLSTP/PSD ainda tem tempo e daria palavra ao Sr. Deputado Aurélio Martins para seu pedido de esclarecimento.

Quanto aos outros Deputados, portanto já não têm tempo de intervenção...

**Uma voz**: — *Podemos dar dois minutos ao PCD.*

O Sr. **Presidente**: — Então, um minuto para Sr. Deputado Delfim Neves, e também Sr. Deputado Xavier Mendes, para cada um, então são dois minutos.

Convido, neste sentido, o Sr. Deputado Aurélio Martins para o uso da palavra.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Bem. Eu fiz um pedido de esclarecimento, para ter maior esclarecimento com relação àquilo que disse aqui o Sr. Deputado Abnildo sobre a credenciação dos jornalistas.

Eu fui jornalista, trabalhei durante 15 anos como jornalista. Portanto, eu conheço bem esta matéria.

O Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção disse que os jornalistas serão seleccionados.

São coisas totalmente diferentes, selecção dos jornalistas e credenciar os jornalistas. Eu se estou interessado a participar numa conferência de imprensa do Sr. Primeiro-Ministro não terei acesso porque eu não sou seleccionado.

Disse o Sr. Primeiro-Ministro, que o jornalista da RTP-África não podia estar na conferência de imprensa, aliás, porque já teve situações de difamação no Tribunal. Disse ontem.

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro selecciona o jornalista que deve participar na sua conferência de imprensa. Não pode e não é liberdade de imprensa.

Qualquer jornalista da comunicação social nacional ou estrangeira que está interessado pode e muito bem pedir a participar nessa conferência de imprensa.

Não é seleccionar apenas alguns jornalistas que vão apenas preparar a matéria, de acordo com aquilo que são os interesses do Governo.

Portanto, é esse o esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes para uma intervenção.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD):— Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não há pior coisa na vida do que ludibriar e tentar tapar o sol com a peneira.

Híbrido é uma coisa, e quando se fala em híbrido do cacau, todo o mundo sabe quando é que é o 'ss' e quando é o 'st'. Já todo o mundo sabe que é o cacau de São Tomé e Príncipe.

Quando se fala em palmeira é 'tenera qualquer coisa. Quando se fala de milho é mais qualquer coisa. Diga qual esse milho.

Qual é o problema meus Senhores? Venham-me dizer está aqui o rótulo tal é milho tal, acaba-se com a polémica.

E não venham cá com história de nenhuma experimentação, de nenhuma análise, porque Póto, que está silenciado não sei porquê, porque noutras ocasiões já estavam cá à sete fogos, a mandar bombardeamentos, mas estão calados, porque eles são os responsáveis pela entrada do milho cá e ninguém fala. Então, é necessário que se esclareça.

E, por outro lado, para finalizar somente uma questão. Quando querem criar o fantasma da cooperação e da política externa de São Tomé e Príncipe com outros países, PCD não é o partido que traiu a China Continental. Não foi. Pelo contrário, foi sempre contra a entrada de Taiwan aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa. Foi-lhe concedido um minuto e já ultrapassou. Agora gostaríamos de convidar o Sr. Deputado Delfim Neves para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O meu pedido de esclarecimento é directamente à Mesa, numa primeira parte eu estou, tanto ou quanto na dúvida, do que é que é isto o período antes da ordem do dia, no ponto 1 alíneas a), b), c), e d).

E eu vejo cá intervenções, em jeito de resposta a outro Deputado, em jeito de vir dar aula à Assembleia. Quem quiser dar aula vai para universidade. Aqui é para trazer questões de interesse relevante. Cada um trás a sua questão. Não vem responder ninguém, aliás, tem cá um Ministro para registar as intervenções, aquilo que o Governo achar pertinente poderá responder a qualquer momento.

Ninguém aqui é representante do Ministro, somos todos Deputados. E já agora que abriram a brecha, eu vou dizer ao Deputado que interveio, que não está devidamente informado, uma coisa é doca que é um estaleiro para recolha de barcos e a sua recuperação, outra coisa é lota.

É preciso saber o que nós dissemos. Lota é o mercado para comercialização e conservação de pescado. É isso que nós estamos a falar. E eu aqui quando vim e fiz questão de opções. Cada Governo faz sua opção e não se discute. Agora, é preciso saber, se essa opção é boa, ou má e assumir as suas responsabilidades.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente, minhas Sras. e meus Srs. bom dia, bom dia Sr. Ministro.

Sr. Presidente, eu decidi usar da palavra, para primeiramente, felicitar não no sentido corrente, mas felicitar um serviço público, neste caso de duas instituições. Refiro-me à nossa Polícia Nacional, que nos últimos tempos tem sido motivo de alguma discussão, e o nosso Serviço de Bombeiros e de Protecção Civil.

Ontem, por volta de 20 horas, eu estava na localidade de Pantufo e eu presenciei um acidente de viação, envolvendo duas motorizadas e, por acaso liguei para o número 112, passando 5 minutos, mais ou menos, e os bombeiros apareceram no local com a polícia. Portanto, eu acho que o padrão de socorro que foi prestado àquelas vítimas, no meu entender, eu não sou nenhum especialista na matéria mas eu julgo que, é perfeitamente aceitável.

Portanto, mais uma vez para felicitar de facto o excelente serviço dos Serviços de Protecção Civil e de Bombeiros e da nossa Polícia Nacional.

No entanto, eu presenciei o acondicionamento de uma vítima, que pareceu-me estava politraumatizada, e de facto eu fiquei um bocado preocupado, porque a senhora estava inconsciente e o modo de transporte não me pareceu muito comum para essa situação.

Sr. Ministro é uma preocupação, e não sei se os nossos bombeiros estão devidamente credenciados para transportarem uma vítima politraumatizada.

Uma outra questão tem a ver com o terrorismo. No início dessa semana, infelizmente nós fomos brindados com uma triste notícia de um atentado terrorista em Inglaterra, mais concretamente na cidade de Manchester.

Eu tenho uma preocupação. Essa preocupação também foi levantada pelos meus colegas Deputados da 2ª Comissão. Todos nós sabemos que no Reino Unido, salvo erro, se eu não estiver enganado, nós devemos ter 6 a 7 mil concidadãos. Portanto, seria de facto, que o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros tentasse...

**Uma voz:** — O número aproximado dos são-tomenses no Reino Unido é mais é de 22 mil cidadãos.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — ... ah! Cerca de 22 mil cidadãos. Portanto, sabendo que no Reino Unido nós não temos nenhuma representação diplomática, mas seria bom não sei que mecanismo o Ministério dos Negócios Estrangeiros poderia tentar saber se naquela cidade se existem são-tomenses, em que estado esses nossos compatriotas estão.

Uma outra observação da minha parte é em relação ao dia 25 de Maio que ontem nós festejamos. Eu quero, mais uma vez, pedir que nas próximas comemorações do dia 25 de Maio, não fiquemos só pelos trajes africanos e que façamos de facto uma reflexão profunda sobre as diferentes crises que têm afectado o nosso continente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente. Eu volto porque eu pedi direito de resposta, porque a intervenção do Sr. Deputado dirigiu-se directamente a mim, quando fiz a menção sobre a questão das credenciais aos jornalistas.

Bom. O Sr. Deputado evocou que foi jornalista a mais de uma década. Eu não gosto muito de puxar pelos galões, daquilo que fui ou sou. Mas, eu também sou licenciado em jornalismo e falo também com conhecimento de causa nesta matéria. E, logo, acredito eu, o Gabinete do Primeiro-Ministro, ao credenciar, ou melhor podemos dar um exemplo: se 20 jornalistas pedirem para fazerem uma cobertura ou para terem acesso directamente ao Gabinete de Sua Ex<sup>a</sup> o Sr. Primeiro-Ministro ao credenciar quatro, nós está a fazer já implicitamente uma selecção. Se nós entrarmos noutra campo aqui de discussão de significado semiótica, isto aqui eu acho que não faz sentido.

Logo, tacitamente, tem que haver sempre credencial para acessos a lugares.

Mesmo aqui na Assembleia Nacional, Sr. Presidente. Já agora aproveito, jornalistas para fazerem cobertura aqui na Assembleia devem ser credenciados. Portanto, só para terminar, no uso do meu tempo, para dizer que no Gabinete do Primeiro-Ministro é assim que se faz e é assim que deve ser feito.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Delfim Neves para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, quando nós pedimos o pedido de esclarecimento, foi dito que só depois de encerrar as intervenções e nós ficamos a espera. Porque pressupõe que o pedido de esclarecimento é de imediato mas como disse que se tem de inscrever e o ponto 6 do artigo 83º diz que é nas inscrições, em função do seu tempo, nós ficámos aí calmos. Isso é uma estratégia clara. E eu estou a dizer claro, eu não gosto de ser cínico.

O Sr. Presidente disse que só passaria à palavra aos Deputados que pediram esclarecimento, no fim, depois de todas intervenções serem esvaziadas.

Foi dito e, agora depois de passar todo o pedido de esclarecimento, vem dizer que há mais um inscrito. Isto, eu também sou um bocado velho nesta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, eu não me lembro em momento algum que eu teria dito que acabou a inscrição porque senão, eu não daria palavra ao Sr. Deputado Aurélio Martins.

Porque eu vi que Aurélio Martins tinha tempo, e ele tinha feito pedido de esclarecimento e lhe dei a palavra e os outros dois, não os dei porque não tinham tempo sequer para intervir. Em função daquilo que diz o Regimento ele tinha o tempo e concedi-lhe a palavra logo imediatamente. Sr. Deputado verifica o ponto 2 do artigo 102º está a contradizer aquilo que o Sr. Deputado está a dizer.

Bem, vamos continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, muito obrigado.



Mas como tinha de facto assuntos de interesse relevante e como disse, de facto, assuntos de interesse relevante, mas não é urgente e não tem que ser necessariamente nessa sessão. E para não pensarem, aqueles que escutaram, o Sr. Deputado falar que eu faço parte de um conluio de uma estratégia eu não tenho mais nada a dizer. Guardo para próxima reunião, trazer esses assuntos de interesse relevante. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sr. Deputado. Portanto, dito isto, está encerrado o Ponto Antes da Ordem do Dia. Vamos agora abrir o outro capítulo a seguir.

Neste sentido, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com a convocatória expedida temos hoje uma agenda de trabalho com 6 pontos da ordem do dia.

Começemos pelo 1º ponto da ordem do dia, que passarei a citar - Discussão e votação na generalidade da Proposta de Lei nº 19/X/5ª/2017 Lei de Segurança Interna para o qual foi reservado um tempo de 60 minutos, assim distribuído. Governo 21 minutos, ADI 21 minutos, MLSTP/PSD, 10 minutos, PCD 5 minutos e UDD 3 minutos.

Convido ao Sr. Representante do Governo, neste caso o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares a fazer a apresentação desta iniciativa legislativa.

Tem a palavra o Sr. Ministro Afonso Varela.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela):— Obrigado Sr. Presidente. Bom dia Srs. Deputados, essa iniciativa do Governo visa submeter à Assembleia para discussão uma Lei de Segurança Interna. Em 1º lugar o que se pretende é colmatar uma lacuna com a qual nós vimos convivendo de longa data. Portanto, não existe uma Lei de Segurança Interna, não estão definidos, em termos genéricos, abstractos e orientadores, os princípios fundamentais, os objectivos da nossa segurança pública, as forças de segurança pública são, portanto, diversas. São as forças que concorrem para essa segurança pública existindo, portanto zonas que eu denominaria de cinzentas.

Existindo até conflito de competência entre esses diferentes órgãos mas, o mais grave do que isso um risco na ausência dessa definição ou na presença dessas lacunas e omissões que eu aqui disse, um risco para a própria protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos. Por isso, esse diploma visa disciplinar esse aspecto fundamental da nossa convivência que é a segurança pública, mas visa também uma coordenação entre essas diferentes forças de segurança pública.

Visa ainda a optimização dos recursos colocados à disposição dessas forças de segurança pública. Portanto, recursos esses que são poucos, mas que muitas vezes convivem em situação de redundância, não se tirando, digamos o proveito devido de tudo aquilo que está à nossa disposição.

O propósito dessa Proposta é a definição em termos de lei dos princípios orientadores da nossa segurança pública, dos objectivos que pretendemos alcançar e da coordenação das diferentes forças que operam nessa segurança pública. Obviamente, que se pretende uma maior eficiência, que se pretende a optimização dos recursos, mas como eu disse já atrás, pretendemos é garantir da melhor forma os direitos fundamentais dos cidadãos.

Porque quando falamos da segurança pública, ela vai desde a persuasão até ao uso da violência. Daí que, no nosso entender, importava definir-se um quadro legal de actuação dessas forças. E é esse o propósito fundamental da lei que nós aqui submetemos à discussão e aprovação dessa magna Assembleia. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado o Sr. Ministro. De seguida o relator ou o membro da 1ª Comissão Especializada Permanente indigitado para o efeito a proceder à leitura do parecer que recaiu sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Esmail da Glória.

O Sr. **Esmail da Glória** (ADI): — Obrigado o Sr. Presidente. Passo a ler o Parecer, que recaiu sobre a matéria na 1ª Comissão, relativo à Proposta de Lei n.º 19/X/5.ª/2017 – Lei de Segurança Interna.

Introdução

A iniciativa legislativa é apresentada pelo Governo, no âmbito do seu poder de iniciativa e em conformidade com o disposto, na alínea f) do artigo 111.º da Constituição da República (CR), bem como no artigo 136.º do Regimento da Assembleia Nacional (RAN).

A iniciativa deu entrada na Assembleia Nacional e baixou no dia 17 de Abril de 2017 a Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Direitos Humanos, Género, Comunicação Social e Administração Interna, 1ª Comissão Especializada Permanente.

A iniciativa obedece a lei do formulário, mostra-se redigida sob a forma de artigos, tem uma designação que traduz sinteticamente o seu objecto principal e é precedida de uma exposição de motivos, cumprindo assim os requisitos formais constantes do n.ºs 1 e 2 do artigo 143.º do RAN.

Objecto

A iniciativa legislativa - Lei de Segurança Interna em São Tomé e Príncipe, é de acordo com os motivos e as razões apresentadas na nota explicativa.

Conclusões e Recomendação

A Proposta de Lei nº.19/X/5/2017, que estabelece o Regime Jurídico da Ordem Interna em São Tomé e Príncipe, por iniciativa do XVI Governo Constitucional reúne os requisitos Constitucionais e Regimentais para ser apreciada pelo Plenário da Assembleia Nacional.

Assembleia Nacional, 24 de Abril de 2017.

O Vice-Presidente, *Idalécio Quaresma*.

O Relator, *Esmaiel Espírito Santo*.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Posto isto, está aberto o debate na generalidade. Por conseguinte, convido as Sras. e Srs. Deputados que queiram intervir, para o fazerem e temos o espaço disponível.

Bom. Apenas para lembrar essa Augusta Assembleia que estamos agora a fazer o debate na generalidade sobre a Proposta de Lei da Segurança Interna. Agradecia as Sras. e Srs. Deputados que queiram intervir, o favor de o fazerem, agora.

Bem, interpreto este silêncio como sendo que, a nível da 1.<sup>a</sup> Comissão, o trabalho foi discutido e se calhar bem espelhado. Tanto mais que não vejo ninguém com vontade de intervir, daí que eu vou sugerir que se calhar passamos à votação na generalidade dessa Proposta de Lei.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Delfim Neves para sua intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente.

A minha intervenção tem apenas a ver com aquilo que dizia o Presidente, que na 1.<sup>a</sup> Comissão a lei foi analisada de forma exaustiva. Não foi o caso. Na verdade, a lei baixou à Comissão há um relator que apresentou o Parecer. O Parecer foi discutido, analisado e aprovado pela Comissão mas, tratando-se de uma lei complexa e, nós sabemos que o sistema de segurança de qualquer país, qualquer Estado não é algo que se discute de ânimo leve e de forma, digamos, horizontal.

Tem que ser algo que se lê com visão de especialista sobre a matéria, alguém que entende efectivamente das questões de segurança. E nós reservamos a nossa intervenção e as nossas contribuições para o espaço reservado na especialidade. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Está entendido Sr. Deputado e obrigado por esse esclarecimento. É verdade que teremos depois, a nível da discussão na especialidade a oportunidade de, se calhar, convidar até os actores e os que conhecem a matéria para poder discutir melhor e fundamentar, digamos assim, aquilo que nós queremos, em termos de lei.

Posto isso, então vou submeter a proposta à votação na generalidade.

*Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor da Bancada do ADI e 17 abstenções do MLSTP/PSD, PCD e UDD.*

Portanto, está aprovada a Proposta de Lei da Segurança Interna na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para uma declaração de voto.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Na verdade, a declaração de voto que nós vimos cá fazer, temos que dar satisfação sim ao povo.

Trata-se com efeito de uma autorização legislativa que foi concedida ao Governo e deu entrada cá na Assembleia, sabemos que baixou efectivamente à 1.<sup>a</sup> Comissão, mas a minha bancada, depois de analisar devidamente essa Proposta, nós percebemos inúmeras incongruências que merecem alguma análise e cuidado. Nós decidimos abster, para que no palco da discussão na especialidade possamos apresentar as nossas contribuições para à sua melhoria. Caso tal acontecer, essas propostas terem sido levadas em consideração, poderemos mudar o sentido do nosso voto. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, também para fazer sua declaração de voto.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Em relação à essa Proposta vinda do Governo sobre a Segurança Interna, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD absteve-se e dada a especificidade da lei e dos aspectos que também nós vimos aquando da análise na generalidade e que entendemos que deveríamos fazer algumas considerações e alterações, então reservaremos todo este pacote para especialidade, caso as questões que forem levantadas forem tomadas em consideração, podemos ter outro sentido de voto.

É esta a nossa posição em relação à esta Proposta de Lei.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sr. Deputado. Portanto, vamos prosseguir. Neste sentido cabe agora a Comissão competente em razão da matéria avançar com a sua apreciação e votação na especialidade.

Prosseguindo, temos o 2º ponto de agenda que é a votação final global do Projecto de lei n.º 13/X/5ª/2016 que aprova o Estatuto da Ordem dos Técnicos de Conta e Auditores, (OTOCA).

Trata-se de uma iniciativa, cuja discussão e votação na especialidade foi feita pela 3ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o Relator ou um dos seus membros a proceder à leitura do referido relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente.

Passo a ler o Relatório da 3.ª Comissão Especializada Permanente, Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública. Análise e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 13/X/5.ª/2016 – Que aprova o Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores (OTOCA).

I – Introdução

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, da Assembleia Nacional nas suas reuniões realizadas nos dias 26 de Abril do corrente e os dias 2, 3 e 11 de Maio do corrente ano, apreciou e votou, na especialidade, o *Projecto de Lei n.º 13/X/5.ª/2016 – Que aprova o Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores (OTOCA)*.

Estiveram presentes às sessões de trabalho os Srs. Deputados Ivo Mendonça da Costa, que as presidiu, Carlos Correia, Mário Fernando Rainho, José Carlos Cabral, Adilson Managem.

Estiveram ainda presentes os Srs. Deputados Salcedas Barros, Abnildo d'Oliveira e Idalécio Quaresma, do Grupo Parlamentar ADI, em substituição dos Deputados ausentes.

No interesse por um trabalho mais proveitoso, também contou-se com a participação e colaboração dos Representes da Comissão Organizadora, Srs. Hamilton Barros, Adelino Batista de Sousa, Felisberto da Graça Castilho e Idalécio D'Apresentação.

1. Análise do Projecto de Lei:

A discussão na especialidade do Projecto de Lei n.º 13/X/5.ª/2016 – Que aprova o Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores (OTOCA) resultou na apresentação de uma proposta de emenda como a seguir se indica:

1.1. Proposta de Emenda:

O n.º 2 do artigo 1.º passa a ter a seguinte redacção: «*Nenhuma outra entidade poderá adoptar ou fazer uso do nome estipulado no presente Diploma, ou de outros similares que sejam susceptíveis de induzir em erro ou causar qualquer confusão com o mesmo*».

2. Análise do Estatuto:

Especificamente sobre o Estatuto, a discussão resultou na apresentação de 2 (duas) propostas substituição, 11 (onze) propostas de emenda e 1 (uma) proposta de aditamento, como a seguir se indica:

2.1- Propostas de Substituição:

A epígrafe do artigo 51.º "*Funções Gerais*" foi substituída por "*Exercício de outras funções*"; a anterior epígrafe do artigo 52.º, sendo que os artigos 51.º e 52.º se uniram, (*sendo que o artigo 53.º passa para 52.º e sucessivamente*), passando a fazer parte de um único artigo com a seguinte redacção:

"1. *Consideram-se ainda abrangidos no âmbito das funções da profissão de contabilista certificado a assessoria e o exercício de consultoria e docência em matérias relacionadas com a sua profissão.*

2. *Os contabilistas certificados podem ainda exercer outras funções, para além das inerentes à profissão, nomeadamente de consultoria fiscal, consultoria em matérias relacionadas com ou assessorias da contabilidade, bem como exercer quaisquer funções permitidas nos termos da lei ou no âmbito do presente Estatuto, sempre de acordo com a respectiva categoria profissional*".

O termo "*no número 4*" foi substituído por "*no número 4 do presente Artigo*" na alínea b) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do artigo 72.º; na alínea b) do n.º 1, alínea a) do n.º 2 e na alínea b) do n.º 3 do artigo 74.º.

2.2- Propostas de Emenda:

A alínea u) do n.º 1 do artigo 4.º passou a ter a seguinte redacção: "*Desenhar e oferecer uma qualificação nacional profissional e técnica para contabilistas em São Tomé e Príncipe a fim de capacitar técnicos competentes e contabilistas profissionais*";

O n.º 4 do artigo 14.º deu lugar a n.ºs 4 e 5 como se segue:

"4. Das deliberações dos órgãos da Ordem cabe recurso para a Assembleia-Geral.

5. Das deliberações da Assembleia-Geral cabe recurso contencioso para os tribunais administrativos, nos termos da Lei".

O n.º 6 do artigo 25.º passa a ter a seguinte redacção: "*Podem ainda ser associado a ordem personalidade indigitada pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças, Tribunal de Contas, Governo Regional, Universidades, Tribunais e outras, para participar em comissões especializadas de interesse nacional e da Ordem*".

A alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º passa a ter a seguinte redacção: "*Deliberação sobre a matéria referida no número 2 do artigo 10.º do presente Estatuto*";

A Subsecção I do Capítulo III passa a ter a seguinte epígrafe: "*Funções*";

O n.º 1 do artigo 46.º passa a ter a seguinte estrutura:

«1. Nenhum membro do Conselho Disciplinar pode intervir como instrutor ou relator em processo disciplinar, nem votar as suas conclusões ou a pena a aplicar, se for:

- a) Arguido o próprio membro ou o seu cônjuge;
- b) Algum parente seu do primeiro grau ou afim;

c) Sócio ou membro do quadro técnico de sociedade de auditores ou de contabilistas certificados de que o membro em causa seja igualmente sócio;

- d) Membro do respectivo quadro técnico ou nele de qualquer forma interessado».

O n.º 6 do artigo 71.º passa a ter a seguinte redacção: «Para efeitos do limite fixado nos números anteriores, as entidades referidas nos mesmos são pontuadas com referência ao total do seu volume de negócios, em milhares de dobras, de acordo com a tabela fixada no regulamento interno da Ordem».

O n.º 3 do artigo 78.º passa a ter a seguinte redacção: «Os auditores certificados pelo Ministério encarregue pela área das Finanças até à data de entrada em vigor do presente Estatuto têm admissão directa e imediata».

O n.º 1 do artigo 79.º passa a ter a seguinte redacção: «Durante o período transitório, que não deve exceder dois anos ... a ser definido pela Ordem no Regulamento Interno».

O n.º 2 do artigo 79.º passa a ter a seguinte redacção «No final do período referido no número anterior, ... são posteriormente definidas no regulamento interno da Ordem».

O n.º 6 do artigo 85.º passa a ter a seguinte redacção: «A inscrição das sociedades internacionais de auditoria fica dependente do preenchimento cumulativo dos requisitos previstos neste Artigo e nos números 2 e 3 do artigo 74.º do presente Estatuto».

Proposta de Aditamento:

Ao n.º 5 do artigo 77.º com a seguinte redacção: Ainda, a título excepcional, beneficiam de admissão imediata os candidatos que não abrangidos pelo número anterior que tenham idade superior a 50 anos, com experiência profissional devidamente reconhecida pela Ordem.

3. Votação e Aprovação:

Com as devidas alterações, os artigos do Projecto de Lei e do respectivo Estatuto foram submetidos à votação nos termos regimentais, tendo sido aprovados com unanimidade dos 5 (cinco) deputados do Grupo Parlamentar do ADI.

Por fim, a Comissão elaborou o seu Texto Final, em anexo ao presente relatório que deve ser submetido à votação final global pelo Plenário desta Augusta Assembleia.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, São Tomé, 12 de Maio 2017.

Pelo Presidente, Ivo Mendonça da Costa

O Relator, Carlos Manuel Correia

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, após a apresentação do relatório da 3.ª Comissão pelo relator e não havendo espaço para debate nesta fase só nos resta é votar.

*Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade com 47 votos a favor.*

Portanto, está aprovado o projecto de lei, e neste sentido estão de parabéns os técnicos de conta e auditores.

*Aplausos gerais.*

Passemos agora ao 3.º ponto da ordem do dia, trata-se da votação final global do projecto de lei n.º 16/X/5.ª/17 – Lei de Defesa do Consumidor. Esta iniciativa foi discutida e aprovada na especialidade pela 4.ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o relator ou um dos seus membros a proceder a leitura do seu relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes.

O Sr. **Dionísio Fernandes** (MLSTP/PSD): — Relatório da 4.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, relativo à Análise e votação na Especialidade do Projecto de Lei n.º 16/X/5.ª/2016 – Lei de Defesa do Consumidor

Introdução

Nos dias 26 e 27 de Abril de 2017, a 4.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise e aprovação na especialidade do Projecto de Lei n.º 16/X/2017 – Lei de Defesa do Consumidor.

Nas sessões de trabalho estiveram presentes os Srs. Deputados José Manuel Costa Alegre, que as presidiu, Silvestre Moreno Mendes e Sebastião Lopes Pinheiro, do Grupo Parlamentar da ADI, Deolindo Luís da Trindade da Mata, Dionísio Fernandes Leopoldino e Jaime Pires Sequeira de Menezes, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e Danilson Fernandes Cotú, do Grupo Parlamentar de PCD.

Análise do Projecto de Lei

A discussão na especialidade do Projecto de Lei de Defesa do Consumidor, resultou na apresentação de uma proposta de substituição e três de emendas, como a seguir se indica:

Proposta de substituição

A alínea h) do artigo 7.º passou a ter a seguinte redacção: “A celeridade nas resoluções dos conflitos judiciais em que os mesmos são partes, bem como nas correspondentes medidas cautelares previstas na lei geral.”

Propostas de emenda

O n.º 1 do artigo 14.º passa a ter a seguinte redacção: “O consumidor a quem seja fornecido o bem com defeito, salvo se dele tivesse sido previamente informado e esclarecido antes da celebração do contrato, pode exigir, independentemente de culpa do fornecedor, a sua reparação, a redução do preço ou a resolução do contrato.”

O n.º 2 do artigo 16.º passa a ter a seguinte redacção: “A nulidade referida no número anterior apenas pode ser invocada pelo consumidor ou seus representantes”.

O n.º 1 do artigo 17.º passa a ter a seguinte redacção: “As associações de consumidores são associações dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos e com o objectivo principal de proteger os direitos e os interesses dos consumidores em geral.”

Votações e Aprovações

Com as devidas alterações, o Projecto de Lei de Defesa do Consumidor, foi submetido à votação, tendo cada um dos seus artigos sido aprovado por unanimidade.

Texto final

Por fim, a Comissão elaborou o Texto Final do Projecto de Lei, em anexo ao presente Relatório, que devem ser submetidos à Votação Final Global pelo Plenário da Assembleia Nacional.

Comissão de Economia, Cooperação Internacional, Infra-estruturas, Recursos Naturais, Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural, São Tomé, 02 de Maio de 2017.

O Vice-Presidente, José Manuel Costa Alegre

O Relator, Dionísio Leopoldino

O Sr. **Presidente**: — Portanto, tratando-se da votação final global, passaríamos imediatamente a votação.

*Submetido a votação, foi aprovado com 47 votos a favor.*

Portanto, dito isto, está aprovado o projecto lei de defesa de consumidor, uma lei que já fazia falta ao nosso país, para podermos regular digamos assim, ou regulamentar as actividades ligadas a defesa de consumidor. Está aprovada a lei.

Vamos agora passar para 4.º ponto da ordem do dia, que faz alusão a votação final global do projecto de lei n.º 5/X/4.ª/2016, que aprova o regime jurídico de associativismo jovem. A sua discussão e votação na especialidade foi feita pela 5.ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o relator ou um dos seus membros a proceder a leitura do relatório da referida comissão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine de Ceita.

A Sra. **Bilaine de Ceita** (ADI): — Relatório de Análise e discussão na especialidade do Projecto de Lei n.º 05/X/4.ª/2016 – Regime Jurídico do Associativismo Jovem

Introdução

Nos dias 24, 26 e 27 de Abril e, 03, 08 e 10 de Maio de 2017, a 5.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise e discussão na especialidade do Projecto de Lei n.º 05/X/2016 – Regime Jurídico do Associativismo Jovem.

Na sessão de trabalho dos dias acima mencionados registou-se as seguintes presenças:

Dia 24 e 26 de Abril, estiveram presentes os Srs. Deputados Ana Isabel Meira Rita, que as presidiu, Beatriz Azevedo (em substituição do Sr. Deputado Arlindo Barbosa Semedo) e Fernando Maquengo (em substituição do Sr. Deputado Mohamed da Glória), do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Bilaine de Ceita, Joaquim Salvador Afonso, Egrinaldo de Ceita, Ossáquio Riôa e Milton Lima (em substituição da Sra. Deputada Ângela Pinheiro), do Grupo Parlamentar do ADI, e Danilson Fernandes Cotú, do Grupo Parlamentar de PCD.

Ainda na perspectiva de uma análise mais esclarecida e profunda do referido diploma, estiveram, de igual modo, presentes na secção de audição do dia 24 de Abril, o Senhor Josino da Veiga, Director do Instituto da Juventude bem como o Senhor. Homildo Fortes, Assessor jurídico do Ministério da Juventude e Desporto, ambos em representação da sua Excelência o Senhor Ministro da Juventude e Desportos, onde apresentaram aos membros da Comissão um conjunto de contributos e melhorias ao Projecto de Lei, que segundo os mesmos provieram também de encontros por eles tidos junto às Associações de jovens e ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ).

Dia 27 de Abril, estiveram presentes os Srs. Deputados Ana Isabel Meira Rita, que a presidiu, e Beatriz Azevedo (em substituição do Sr. Deputado Arlindo Barbosa Semedo), do Grupo Parlamentar do

MLSTP/PSD, Bilaine de Ceita, Joaquim Salvador Afonso, Ossaquio Riôa e Milton Lima (em substituição da Sra. Deputada Ângela Pinheiro), do Grupo Parlamentar do ADI, e Danilson Fernandes Cotú, do Grupo Parlamentar de PCD.

Dia 03 de Maio, estiveram presentes os Srs. Deputados Ana Isabel Meira Rita, que a presidiu, e Beatriz Azevedo (em substituição do Sr. Deputado Arlindo Barbosa Semedo), do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Bilaine de Ceita, Joaquim Salvador Afonso, Egrinaldo de Ceita e Milton Lima (em substituição da Sra. Deputada Ângela Pinheiro), do Grupo Parlamentar do ADI, e Danilson Fernandes Cotú, do Grupo Parlamentar de PCD.

Dia 08 de Maio, estiveram presentes os Srs. Deputados Ana Isabel Meira Rita, que a presidiu, e Mohamed da Glória, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Bilaine de Ceita, Joaquim Salvador Afonso e Egrinaldo de Ceita, do Grupo Parlamentar do ADI, e Danilson Fernandes Cotú, do Grupo Parlamentar de PCD.

Dia 10 de Maio, estiveram presentes os Srs. Deputados Arlindo Barbosa Semedo, que a presidiu, e Ana Isabel Meira Rita, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Bilaine de Ceita, Joaquim Salvador Afonso, Egrinaldo de Ceita e Ossaquio Riôa, do Grupo Parlamentar do ADI, e Danilson Fernandes Cotú, do Grupo Parlamentar de PCD.

Análise do Projecto de Lei: A discussão na especialidade do Projecto de Lei sobre o Regime Jurídico do Associativismo Jovem resultou na apresentação de 19 (dezanove) propostas de emenda, 17 (dezasete) propostas de substituição, 3 (três) propostas de eliminação e, 6 (seis) propostas de aditamento.

#### Votações e Aprovações

Com as devidas alterações, o Projecto de Lei n.º 05/X/4.ª/2016 – Regime Jurídico do Associativismo Jovem, foi submetido à votação, tendo sido os artigos 17.º, 18.º, 19.º e 20.º aprovados com 4 votos a favor do ADI, 1 voto com do MLSTP/PSD e 1 voto contra do PCD e 0 abstenções. Igualmente foram submetidos a votação as alíneas a, b, c e d) do n.º 2 do artigo 22.º com 4 votos a favor do ADI, 1 voto contra do MLSTP/PSD e 1 voto contra do PCD. Os restantes artigos foram aprovados por unanimidade.

#### Texto final

Por fim, a Comissão elaborou o Texto Final do Projecto de Lei, em anexo ao presente Relatório, que devem ser submetidos à Votação Final Global pelo Plenário da Assembleia Nacional.

Comissão de Educação, Ciências, Cultura, Saúde, Emprego, Assuntos Sociais, Juventude e Desporto, aos 19 de Maio de 2017.

O Presidente da Comissão, Arlindo Barbosa Semedo

A Relatora, Bilaine de Ceita

O Sr. **Presidente**: — Passemos imediatamente a votação.

*Submetido a votação, foi aprovado com 47 votos a favor.*

Portanto, está aprovado o projecto lei. Agora temos o penúltimo ponto da nossa agenda. Trata-se da discussão e votação na generalidade, especialidade e final global da Proposta de Resolução n.º 33/X/5.ª/2017, que aprova para ratificação o Acordo de Multidesignação sobre o Transporte Aéreo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa, para qual foi reservado um tempo de 60 minutos assim distribuído.

Sendo para o Governo 20 minutos, ADI 22 minutos, MLSTP/PSD 10 minutos, PCD 5 minutos e UDD 3 minutos.

Agora, aprez-me convidar o representante do Governo e neste caso o Ministro da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares, a fazer a apresentação dessa iniciativa legislativa.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Trata-se de uma aprovação de um acordo bilateral assinado entre o nosso país e a República Portuguesa no domínio dos transportes aéreos. Está obviamente em vigor um acordo que data de 1976, mas como poderão imaginar, o mundo conheceu bastante evoluções no domínio dos transportes aéreos, mormente no que diz respeito a liberalização digamos do comercio dos transportes aéreos, mas também do próprio espaço aéreo.

Mas o acordo que havíamos celebrado com Portugal em 1976, eram um acordo como se diz, um acordo unidesignação. Portanto, cada país só poderia designar para operar entre os dois países uma companhia de aviação. O que criava obviamente uma situação de monopólio. A evolução, é que esse acordo que aqui está, que se propõe, portanto a aprovação, é um acordo de multidesignação, que vai permitir que cada um dos nossos países possa designar mais do que uma companhia para prestar os serviços de transportes aéreos comerciais.

Portanto, essa é a alteração digamos fundamental. Obviamente que o acordo lida com as questões da segurança, o acordo lida com os critérios de designação dessas companhias, na medida em que estamos a falar de um sector bastante sensível. O acordo tem como o pano de fundo a convenção de 1944 da

organização da viação civil internacional que rege todo o transporte aéreo internacional. Portanto, o objectivo é que cada um dos nossos países possa designar para além das companhias tradicionais que já estão designadas no âmbito de acordo de unidesignação e criar a possibilidade para que os nossos países possam designar mais do que uma companhia.

Hoje o Portugal tem como a companhia designada a TAP, mas abrimos a possibilidade para que ela possa designar mais do que uma companhia. Do nosso lado temos hoje como companhia designada a companhia de bandeira *STP Airways* e abrirá a possibilidade para que se possa digamos designar outras companhias. Portanto, é esse o objectivo central desse acordo que submetemos a vossa apreciação e aprovação. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Ministro. De seguida convido o relator ou membro da 4.ª Comissão Especializada Permanente indigitado para o efeito a proceder a leitura do parecer atinente a essa proposta de resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro.

O Sr. **Sebastião Pinheiro** (ADI): — Parecer da 4.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, relativo ao Projecto de Resolução n.º 33/X/5.ª/2017 – Acordo de Multidesignação sobre Transporte Aéreo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa.

Introdução

Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi baixada a 4.ª Comissão Especializada Permanente para efeitos de análise e parecer a Proposta de Resolução n.º 33/X/2017 - Acordo de Multidesignação sobre Transporte Aéreo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa, nos termos regimentais. Para o efeito a Comissão reuniu em sessão de trabalho no dia 21 de Abril do corrente, e é pelo seguinte parecer:

Enquadramento

A iniciativa é apresentada pelo XVI Governo, no âmbito do poder que lhe é atribuído em conformidade com o disposto, na alínea e) do artigo 111.º da Constituição da República e nos termos do artigo 136.º, do Regimento da Assembleia Nacional.

Constatação

Dada a análise feita a referida Proposta de Resolução, a Comissão constatou o seguinte:

O Acordo entre Estados fora evoluindo ao passar de tempo e surge a necessidade de se estabelecer com alguns Estados Membros assinaturas de Acordos de Multidesignação de modo a se eliminar de uma vez para sempre com o monopólio das rotas visando a liberalização do Espaço Aéreo. Com a assinatura deste Acordo cada Estado Membro pode designar mais do que uma operadora, promovendo desta forma a concorrência leal entre as operadoras dentro da rota especificada.

Conclusão e Recomendação

São Tomé e Príncipe como membro de pleno direito está sujeito a cumprimento do espírito e da letra da OACI - Organização da Aviação Civil Internacional, mas também as directivas que vão sendo publicadas nos seus sucessivos anexos.

Nesses termos, a 4.ª Comissão Especializada Permanente, recomenda que a referida Proposta de Resolução seja submetida ao Plenário da Assembleia Nacional, para efeitos de apreciação e aprovação.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, São Tomé 24 de Abril de 2017.

O Presidente, José Manuel Costa Alegre

O Relator, Sebastião Pinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, convido a Sra. secretária da Mesa a proceder a leitura do texto final desta proposta.

O Sr. Deputado Deolindo da Mata quer fazer alguma intervenção.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — É um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Deolindo da Mata.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, sou membro da 4.ª Comissão e não tomei conhecimento desse documento. Aliás como disse aqui o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro. Essa questão foi discutida no dia 21, uma sexta-feira. E sexta-feira não é o dia em que a 4ª reúne. E eu não tenho conhecimento desse documento, tenho cá todas as convocatórias mas para o dia 21 não recebi a convocatória para discutir esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes para uma intervenção.

O Sr. **Dionísio Fernandes** (MLSTP/PSD): — Também eu faço parte da 4ª Comissão penso que nem o Sr. Deputado Danilson Cotú e, portanto acho que nós desconhecemos de facto esse projecto para submeter-se à plenária.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Bem, mas gostaria saber da parte do Presidente da 4ª Comissão. Sr. Presidente havia a maioria ou não para se discutir esse caso?

Tem a palavra o Presidente da 4ª Comissão para poder responder a questão colocada.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente. Bem, este relatório foi produzido e a reunião foi presidida pelo Vice-Presidente José Manuel Costa Alegre, mas eu gostaria de dizer que antes de discussão ou a votação deste parecer nós tínhamos reunido antes e aquela reunião foi presidida por mim e que nós indigitamos o relator que recaiu na pessoa do Sr. Deputado Sebastião Pinheiro. E todos os Srs. Deputados das diversas bancadas estiveram presentes, logo tomaram o conhecimento sim senhora com o documento.

Agora sobre a reunião ai sim, isso já é outra questão portanto, quando nós reunimos e indigitamos o relator todos os presentes tiveram o contacto com o documento.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Isso que é o mais importante, posto isto convido a Sra. Secretária da Mesa a proceder à leitura do texto final desta Proposta de Resolução. Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa a proceder à leitura.

A Sra. **Secretária da Mesa** (Celmira do Sacramento):— Texto final...

O Sr. **Dionísio Fernandes** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente pedido de esclarecimento. De facto disse muito bem o nosso Presidente da 4ª Comissão, mas estamos a falar de uma questão da aprovação uma lei, naturalmente eu acho quando há consenso de todos os Srs. Deputados presentes na comissão é muito importante, não só para a comissão para própria Assembleia. Dai que eu acho que se devia fazer uma reflexão sobre este assunto tendo em conta que todos da bancada de oposição encontravam-se ausente e desconhecem de facto esse diploma dai que gostaríamos que tomasse em consideração a nossa reclamação.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Secretária da Mesa por favor procede à leitura.

A Sra. **Secretária**:— Muito obrigada Sr. Presidente.  
Texto final da Proposta de Resolução n.º 33...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira gostaria de fazer um esclarecimento?  
Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira para o devido esclarecimento.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado o Sr. Presidente. O Sr. Deputado Deolindo da Mata tem razão que a comissão não reúne as sextas-feiras, estou a falar ordinariamente. A Comissão reúne ordinariamente as quintas-feiras, no entanto pode reunir nos outros dias extraordinariamente. Eu penso que...

*Murmúrios.*

... senhores deixa-me terminar, eu penso que houve um erro de leitura no texto está dia 24 e não no dia 21 penso que foi erro de leitura e nós já reunimos várias vezes e se nós olharmos pelo nosso calendário temos reunidos as segundas e sextas-feiras e a última lei nós trabalhamos por exemplo segunda e sexta-feira extraordinariamente quando houver a necessidade. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Mais um esclarecimento? Espero que seja o último esclarecimento.  
Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Costa Alegre

O Sr. **José Manuel Costa Alegre** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente. Eu acho que em determinadas matérias é preciso alguma responsabilidade e consequentemente alguma seriedade. Eu sinceramente estava decido em não fazer nenhuma intervenção no âmbito dessa matéria porque até parece brincadeira e gosto levar as coisas com muita seriedade.

A comissão reúne normalmente as quintas-feiras e várias vezes e muito recentemente nós unanimemente decidimos passar pela importância de determinadas matérias, costumamos passar para o dia seguinte e esta matéria foi um exemplo toda gente estava presente. Dizer que não foi convocado,



sinceramente o facto de estarmos num país sério encaro isso como brincadeira e, sinceramente o facto de está cá eu venho para trabalhar não para brincar e algumas coisas que eu dispenso. Obrigado.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente não é preciso virar cara para lá. Sr. Presidente, Sr. Presidente era preciso esclarecer isso melhor...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado deixa-me dizer o seguinte acho que é uma matéria de deveras importância que lida com o transporte aéreo e há pessoas que estão a espera dessa lei para poder actuar. Não é o facto de ter havido ausência de dois deputados numa plenária que tem nove elementos e por falta de dois deputados é que pára-se tudo, eu acho que não é isto, a minha interpretação é essa.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Interpelação a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Depois lhe darei a palavra, não é agora.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Interpelação a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Pode interpelar, mas não é imediato. Eu inscrevo depois dou-lhe a palavra.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Interpelação a Mesa é agora.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Amado vê no Regimento e cita que artigo para que eu possa lhe dá a razão.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Está no Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Que Regimento?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Que o senhor tem a sua frente.

O Sr. **Presidente**: — O senhor está a invocar, o senhor tem que me dizer.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O senhor é o Presidente da Assembleia, o senhor tem a sua frente.

O Sr. **Presidente**: — Sabe que qualquer Deputado que queira intervir com instinto de apelar algo sobre o Regimento, o Deputado cita o Regimento primeiro é assim que está no nosso Regimento.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não vale a pena gritar.

O Sr. **Presidente**: — 1) “O Deputado que pedir a palavra para invocar o Regimento indicando a norma infringida com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito. Logo a primeira questão.”

2) “Os Deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.”

3) “Não há justificação nem discussão das perguntas dirigidas à Mesa.”

4) “O uso da palavra para invocar o regimento e interpelar a Mesa não pode exceder dois minutos.”

Portanto o ponto 1) diz que o Deputado pode pedir a palavra para invocar o Regimento indicando era isso que eu estava querer indicando a norma infringida. Eu estou a falar de nº1 porquê que estão a saltar para o nº2? Tudo faz parte da mesma matéria indicando a norma infringida com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito. É isso que eu perguntei qual é a norma infringida.

**Vozes:** — N.º 2

O Sr. **Presidente**: — N.º 2 diz que os Deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.

**Vozes:** — É isso. Tem dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado para interpelar nós temos a condição 1, depois temos a condição 2. Se um não está cumprido porque eu para interpelar tenho que saber qual é o artigo.

Vocês nem se quer citaram, o artigo ele mandou a mim o Presidente para ir ver o artigo quando aqui diz claramente que é o Deputado, ok.

**Vozes:** — Interpelação a Mesa é imediato.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados boa tarde eu peço a palavra Sr. Presidente porque enfim, por motivo imperioso eu não estive cá durante esse tempo na Sala, mas acho que estamos a falar de uma lei que é de extrema importância para o país e sendo de extrema importância para o país eu acho que todo mundo estaria interessado em participar na sua discussão daí que não é possível levar o documento a discussão na especialidade sem que as bancadas que representam essa referida comissão façam parte.

Não há nada a esconder nesse documento. Que segredo há para se fazer a sua aprovação na clandestinidade? Não há nada a perder. O documento é debatido na comissão e todos têm que participar ou a não ser que têm que nos levar fazer outras leituras. Se não querem que façamos outras leituras, então façamos as coisas como devem ser. O que há de especial para esconder nesse documento? Por isso, que não vejo a razão de fazer um parecer na clandestinidade. Obrigado

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel da Costa Alegre.

O Sr. **José Manuel da Costa Alegre** (ADI):— Eu acho que fazemos barulho desnecessariamente. No dia 21 de Abril de 2017 foi enviado um email com o seguinte teor:

Presta atenção Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho por meio deste fazer lembrar da reunião de segunda-feira dia 24 de Abril de corrente. A convocatória segue em anexo.

E depois vou ler a convocatória sobre o que é que diz.

Encarrega-me o Presidente da Comissão convidar a vossa excelência para uma reunião desta a ter lugar na próxima segunda-feira dia 24 do corrente pelas 9 horas na sala número 1 da reunião com a seguinte agenda:

1. Informação
2. Análise e aprovação da acta da reunião anterior.
3. Análise e aprovação do parecer para proposta de resolução n.º 33/X/ 5ª/2017 acordo de multidesignação sobre transporte aéreo entre São Tomé e Portuguesa.

Eu paro por aí e não continuo mais a convocatória para saberem que houve a convocatória. E agora um outro aspecto.

**Uma Voz de MLSTP/PSD:**— Quem enviou?

O Sr. **José Manuel da Costa Alegre** (ADI):— Foi enviada pela técnica da Comissão Linett Mendes para os seguintes destinatários: Abnildo D'Oliveira, José Manuel, Silvestre Mendes, Deolindo da Mata, o email dele é deomata1@hotmail.com, Dionísio Fernandes Dionisiofl@hotmail.com, DanilsonCoutú Danicoutúgmail.com, para Sebastião Pinheiro, Pinheirostp.com, Jaime Menezes, jaimepires@hotmail.com, ou seja foi enviado para todos os Srs. Deputados da 4ª Comissão e está aí o email a confirmar. E eu posso tecnicamente vos provar isso se for necessário mas foi enviado para vosso email. Mas se os Srs. não viram já é o vosso problema de uso das ferramentas tecnológicas. Mas foi enviado para todos os Srs. Deputados.

*Aplausos de ADI.*

O Sr. **Presidente:**— Está sobejamente esclarecido? Sr. Deputado Ivo Costa e Sra. Deputada Beatriz Azevedo fazem menos barulho.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD):— Quem que está a fazer barulho?

O Sr. **Presidente:**— Estão a falar quando eu não dei microfone. Se quer microfone, eu dou, mas não é preciso está a falar com ele ao lado.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa.

A Sra. **Secretária:** — Feito esclarecimento necessário, vou passar a ler o texto final da Proposta de Resolução.

Texto Final da Proposta de Resolução n.º 33/X/5.ª/2017 — Acordo de Multidesignação sobre o Transporte Aéreo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa

Preâmbulo

Tendo em conta que São Tomé e Príncipe, desde o seu surgimento como Estado independente, membro de pleno direito da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI, está sujeito ao cumprimento da Convenção da OACI e as directivas que vão sendo publicadas nos seus sucessivos anexos;

Atendendo que a adopção do Acordo de Unidesignação, assinado entre dois Estados desde 22 de Março de 1976, só trouxe benefício a uma e única companhia designada pelas Partes;

Considerando a necessidade de se estabelecer com alguns Estados Membros assinaturas de Acordos de multidesignação de modo a se eliminar de uma vez para sempre o monopólio das rotas, visando a liberalização do espaço aéreo, promovendo desta forma a concorrência leal entre as operadoras dentro da rota específica;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos das alíneas b) e j) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º, Aprovação

É aprovado, para ratificação, o Acordo de Multidesignação sobre Transporte Aéreo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa, assinado em Lisboa, em 22 de Julho de 2009, cujo texto original em língua portuguesa faz parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º, Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Maio de 2017.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, está aberto o debate na generalidade sobre essa matéria. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Acho que estamos a tratar de um assunto de extrema importância para o país porque realmente existe alguma necessidade de se pôr cobro a monopólio da circulação de aviões, companhias de determinados países que quando sabemos que existem mais companhias que possam circular para o nosso país.

Evidentemente que São Tomé e Príncipe não tem e só tem uma companhia e neste aspecto poderá ficar lesado quanto a sua participação com as companhias que deveriam também fazer reciprocidade desses voos. Mas o que me admira Sr. Presidente, ouvindo a leitura da resolução que se produz agora que fala-se de um acordo assinado em 2009. Coloco uma questão. Por que razão este acordo ficou na gaveta desde 2009 até 2017?

Portanto, acho que provavelmente não sei se o Sr. Ministro poderá me responder, mas provavelmente terá uma justificação a apresentar que passaram vários governos e até então um acordo de 2009 de tamanha importância a não ser se ficou na gaveta porque não temos a possibilidade de cumprir com a reciprocidade ou se é porque não se estava interessado na altura em avançar com isso e, só agora se criou algumas condições para avançar portanto, com a execução deste acordo.

Se existe alguma condição específica criada agora seria bom também que nos brindasse com essas condições para sabermos se o país agora já está em condições de pôr em evidência esse acordo. Como disse, fico admirado de 2009 até agora não termos posto em acção esse acordo que foi assinado pelo governo de então.

Daí que, é essa a minha preocupação e dizer como Líder Parlamentar é evidente que tem que respeitar e aliás estar atento as actuações dos Deputados da minha bancada e ao saber que os Deputados da minha bancada não estiveram presentes na elaboração dos pareceres e é evidente que isto constitui para mim uma preocupação. E daí, como não poderia deixar, fiz levantar a minha preocupação com relação a ausência dos Deputados da minha bancada que justifica não terem recebido a convocatória.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Costa Alegre.

O Sr. **José Manuel Costa Alegre** (ADI):— Eu acho que uma questão já está ultrapassada com explicação lógica e não era necessário nós voltarmos a isso. Isso no meu ponto de vista é perder tempo quando o Sr. Deputado Jorge Amado diz que os Deputados da bancada não estiveram presentes. Está aí a lista com assinatura dos Deputados de MLSTP/PSD.

**Uma Voz**:— Quando?

O Sr. **José Manuel Costa Alegre** (ADI):— No dia 24. E os Deputados do MLSTP/PSD que estiveram presentes naquela reunião inclusive eu recorde de algumas conversas nossas de brincadeira. Eu recorde e pergunto porquê isso? Se aqui tem assinatura e os Deputados reconhecem as suas assinaturas não é preciso a gente pegar isso meter nas redes sociais. Acho isso desnecessário. Se têm consciência que assinaram digam o líder que assinaram e evitemos isso. Pessoal bom senso!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Meus caros, a questão de fundo que se põe e nós temos que falar as coisas de forma desapassionada, houve erro sim. O que é que se passou e que fez despoletar a polémica? É que o Deputado relator se vossas excelências prestaram a devida atenção leu e a data que apresentou foi de 21 de Maio.

**Uma Voz de ADI:**— De Abril.

O Sr. **Danilson Coutú** (PCD): — Não, não, não!

A data que ele leu, não sei se foi por alguma falha, e se foi falha é normal. E isso fez despertar alguma preocupação, porque nesta data efectivamente a 4ª Comissão não esteve reunida. Agora, perante isto o que é que aconteceu? É lógico porque chamou atenção dos Deputados da Comissão, porque não estando a Comissão reunida naquela data não fazia nenhum sentido aceitarmos algo nessa data. Porquê? Porque foi no dia 24 de Abril.

Agora, para nós aqui a preocupação na verdade nem se põe com o facto de assinou ou não assinou. Para nós o fundamental é termos em conta o teor daquilo que se pretende. E é isso que mais nos interessa. Se o acordo for benéfico para ambas as partes, vamos para frente, se não, vamos parar e ponderar. Isso é que mais nos interessa. Agora, fora disso, a data ou não, porque as pessoas foram induzidas ao erro desde o primeiro instante, tão simples quanto isso.

O Sr. **Presidente:**— Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo de Oliveira.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, a intervenção do Sr. Deputado Danilson Coutú suscitou-me dúvida. De facto o Sr. Deputado Sebastião leu por engano a data de 21 de Abril. Depois de ter havido reacção de Sua Excelência o Sr. Presidente de Assembleia pediu-me como presidente da comissão e eu levantei na base daquilo que está no parecer e li que não houve erro e que foi o dia 24 de Abril.

Mas mesmo assim, eu corrige a data e está registado as minhas intervenções. Mesmo assim os Deputados de má-fé continuaram a fazer guerra que foi e que não estiveram presentes no dia 24. Eu corrige e está registado.

O Sr. **Danilson Coutú** (PCD):— *Dia 24 de Maio.*

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Dia 24 de Abril. Desculpe Sr. Deputado, quando intervi, eu disse que o parecer foi um erro, mas está a data de 24 de Abril. E cá está as assinaturas. O Sr. Deputado Danilson Coutú esteve presente, Sr. Deputado Dionísio Fernandes esteve presente e o único Deputado que não esteve presente nesta foi o Sr. Deputado Deolindo da Mata. Entretanto, na sua primeira intervenção e está registado ele disse que não teve conhecimento do documento sobre essa lei.

O Sr. **Presidente:**— Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Coutú.

O Sr. **Danilson Coutú** (PCD):— Sr. Presidente, honestamente não nos interessa a questão das datas e etc. Houve falha, houve falha, admite-se e acabou-se. Mas o que me trouxe aqui é para dizer ao Deputado que me antecedeu que ele usou uma expressão aqui, que para me não tem sentido, de má-fé.

Meus caros, o acordo que se pretende se for benéfico para São Tomé e Príncipe não será apenas para os senhores do ADI. Será para os são-tomenses, então sendo algo útil para o País ninguém age de má-fé. Nós somos Deputados da Nação e devidamente responsáveis pelos nossos actos. Tanto é quando assumimos alguma medida aqui, alguma posição que vai no sentido contrário àquilo que são as pretensões do Governo ou do grupo parlamentar da maioria, nós vimos cá para este púlpito assumir publicamente e dizer o porquê da nossa posição. Agora, dizer que agimos de má-fé. Meu caro, se isso for benéfico para o País não é só para o senhor. Será para todos os são-tomenses. Não vamos desvirtuar a coisa.

O Sr. **Presidente:**— Posto isto, pressupõe que já não haverá intervenções mais contundente sobretudo respeitante a esse assunto, daí que vou propor a votação na generalidade desta proposta de resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, na minha intervenção pedi que o Sr. Ministro nos esclarecesse sobre este acordo, a razão porquê que foi assinado desde 2009 e até o momento não foi apresentada a Casa Parlamentar para a sua ratificação.

Daí que acho que este assunto é mais importante do que estarmos aqui a insultar uns aos outros, porque na matéria de insulto nós todos sabemos fazer, mas o mais importante aqui é, estarmos esclarecidos sobre aquilo que é o problema que vamos votar. Para votarmos na consciência.

O Sr. **Presidente:**— Eu não sei se o Sr. Ministro estará com alguma disposição de responder esse assunto. Mas também é só para esclarecer e como todos sabemos o nosso país e nosso parlamento acabamos por ter muitos documentos acumulados há anos e que estamos descobrindo aos poucos e estamos trazendo a luz para poder ser aprovados e discutidos. Isso é verdade também e todos os Deputados sabem disso.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— *Ou o senhor faz o uso da palavra. Não há comentário.*

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— *Quem mandou você fazer comentário?*

O Sr. **Presidente**:— Corta a minha liberdade de falar?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Fazer comentário! Não tem. Se o senhor quer falar, vem para aqui.

O Sr. **Presidente**:— Eu faço comentário quando quiser.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Se o senhor quer fazer comentário vem sentar aqui. Senhor não está permitido a fazer comentário. Senhor é Presidente para dar palavra e tirar palavra e ponto final.

O Sr. **Presidente**:— Estou a conduzir o trabalho e frente é o caminho. Passemos a votação da proposta na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor de ADI e 19 abstenções do MLSTP/PSD, PCD e UDD.*

Está aprovado a proposta resolução que aprova para ratificação o acordo de multidesignação sobre o transporte aéreo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa.

*Aplausos de ADI*

Preâmbulo

*Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor de ADI e 19 abstenções do MLSTP/PSD, PCD e UDD.*

Artigo 1º

*Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor de ADI e 19 abstenções do MLSTP/PSD, PCD e UDD.*

Artigo 2º Entrada em vigor

*Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor de ADI e 19 abstenções do MLSTP/PSD, PCD e UDD.*

Votação final global

*Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor de ADI e 19 abstenções do MLSTP/PSD, PCD e UDD.*

*Aplausos de ADI*

Passemos a apreciação do sexto e último ponto da nossa agenda de hoje que se trata da discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do projecto resolução n.º 54/X/6ª/2017 que prorroga até 31 de Julho de 2017 o mandato da Comissão Eleitoral Nacional para qual foi reservado um tempo de 60 minutos. Sendo para o Governo 21 minutos, ADI 21 minutos, MLSTP/PSD 10 minutos, PCD 5 minutos e UDD 3 minutos.

Convido a Sra. Secretária da Mesa a proceder a leitura da solicitação feita pela Comissão Eleitoral Nacional que deu origem a iniciativa legislativa em apreciação e aproveitando também para apresentar aos Deputados o texto deste projecto de resolução.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos para proceder à leitura do parecer.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional sobre Ofício n.º3/CEN/2017 – Mapa Calendário do Recenseamento Eleitoral de Raiz.

1. Introdução.

Por Despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetida à 1ª Comissão Especializada Permanente, para análise e parecer, o Mapa Calendário do Recenseamento Eleitoral de raiz do ano 2017, proveniente da Comissão Eleitoral Nacional.

A Primeira Comissão reuniu-se no dia 13 de Fevereiro do corrente ano para, dentre outros pontos, proceder à apreciação do referido documento e indigitar o respectivo relator, o que recaiu na pessoa da Sra. Deputada Alda Ramos.

#### 2. Contextualidade.

De acordo com o n.º 1 do artigo 2 da Resolução n.º 66/X/2017, de 23 de Janeiro, Prorrogação do período de funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional, a Comissão Eleitoral tem um mandato até 30 de Junho de 2017 para a realização do recenseamento eleitoral de raiz.

Constatou-se que cumprindo todos os prazos legais previstos na Lei n.º 2/90, de 14 de Maio, Lei do Direito de Sufrágio e de Recenseamento Eleitoral, o recenseamento eleitoral terminará somente no dia 31 de Julho de 2017 ultrapassando a data concedida pela Resolução.

Face ao exposto, a Comissão apresenta duas alternativas, sendo:

A prorrogação do mandato até 31 de Julho de modo que a Comissão Eleitoral Nacional possa concluir os trabalhos.

Alteração da Lei n.º 2/90 encurtando os prazos legais previstos de forma que o termino dos trabalhos possam coincidir com a data do término do mandato fixado pela Resolução da Assembleia Nacional acima referida.

#### 3. Conclusão.

Estando prevista a realização das eleições autárquicas e regional no ano em curso e dentre as alternativas acima expostas conclui-se que a alteração da Lei n.º 2/90 (Lei do Direito de Sufrágio e de Recenseamento Eleitoral) deve obedecer alguns procedimentos.

#### 4. Recomendação.

Sendo peremptório respeitar a Lei, a Comissão recomenda a Mesa de Assembleia para que seja efectuada a prorrogação do mandato da Comissão Eleitoral Nacional até 31 de Julho de acordo com o estipulado na Lei n.º 2/90 (Lei do Direito de Sufrágio e de Recenseamento Eleitoral).

No entanto, com esta alteração poderá comprometer o cumprimento do calendário eleitoral tendo em consideração o estipulado igualmente na Lei.

São Tomé, 15 de Maio de 2017.

O Vice-Presidente, Idalécio Quaresma.

A Relatora, Alda Ramos.

**O Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa para proceder à leitura da carta da Comissão Eleitoral Nacional e também do texto do Projecto de Resolução.

A Sra. **Secretária:** — Excelentíssimos Sr. Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Envio do mapa calendário de o Recenseamento Eleitoral de Raiz do ano 2017.

Excelência.

A Resolução n.º 66/X/2017, datada de 23 de Janeiro de 2017, reconduziu a Comissão Eleitoral Nacional com um mandato até o dia 30 de Junho de 2017, a fim de realizar o recenseamento eleitoral de raiz 2017.

Acontece porém que durante a elaboração do mapa calendário que junto anexamos constatamos que cumprindo todos os prazos legais previstos na Lei n.º 2/90 de 14 de Maio de 1990, Lei de Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral, o Recenseamento Eleitoral de 2017 terminará somente no dia 31 de Junho de 2017, excedendo assim um mês para além do prazo concedido pela Resolução supramencionada.

Neste sentido, face ao exposto vimos sugerir a Assembleia Nacional as seguintes alternativas:

1-Prorrogar em tempo oportuno o mandato da presente Comissão até o dia 31 de Julho para que a mesma possa terminar o Recenseamento Eleitoral 2017 obedecendo os prazos legais.

2-Na possibilidade de prorrogar o mandato da Comissão para mais um mês a Assembleia Nacional poderá adoptar em alterar a Lei n.º 2/90 encurtando os prazos legais previstos de forma que o término do Recenseamento Eleitoral 2017 possa coincidir com a data do término do mandato fixado pela resolução da Assembleia Nacional.

Aceita Excelência os protesto da nossa mais alta estima e consideração.

Gabinete do Presidente da Comissão Eleitoral Nacional em São Tomé, 1 de Fevereiro de 2017.

O Presidente, Alberto Pereira.

Depois da leitura da carta endereçada pela Comissão Eleitoral passo a ler o Projecto de Resolução que prorroga o mandato da Comissão Eleitoral.

Projecto de Resolução n.º 54/X/6.ª/2017. Prorrogação do período de funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional.

Preâmbulo.

Considerando que a Comissão Eleitoral Nacional constituída pela Assembleia Nacional, através da Resolução n.º 16/X/2015, de 13 de Fevereiro, cujo mandato foi prorrogado até 30 de Junho de 2017, mediante a aprovação da Resolução n.º 66/X/2017, de 23 de Janeiro;

Atendendo que nos termos do artigo 2.º da Resolução n.º 66/X/2017, a Assembleia Nacional havia vedado qualquer possibilidade de posterior prorrogação de funcionamento da actual Comissão;

Tendo em conta o pedido da Comissão Eleitoral Nacional formulado à Assembleia Nacional, através do Ofício n.º 3/CEN/2017, ao qual foi anexado o Mapa Calendário do Recenseamento Eleitoral de Raiz que terminará até ao dia 31 de Julho do corrente ano;

Tornando-se imperioso prorrogar, excepcionalmente, o mandato da actual Comissão Eleitoral Nacional, para coincidir com a data de conclusão dos trabalhos do Recenseamento Eleitoral de Raiz;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Prorrogação.

É prorrogado o período de funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional, até ao dia 31 de Julho de 2017, para conclusão dos trabalhos do Recenseamento Eleitoral de Raiz de 2017.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 19 de Maio de 2017.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*

O Sr. **Presidente**: — Posto isso, está aberto o debate na generalidade sobre essa matéria e nesse sentido aguardo as intervenções das Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria apenas de voltar a ser esclarecido pela Secretária da Mesa.

Qual é a lei que o Sr. Presidente utilizou para pedir o prolongamento do prazo?

A Sra. **Secretária da Mesa**: — Excelentíssimos Sr. Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Envio do mapa calendário de o Recenseamento Eleitoral de Raiz do ano 2017.

Excelência.

A Resolução n.º 66/X/2017, datada de 23 de Janeiro de 2017, reconduziu a Comissão Eleitoral Nacional com um mandato até o dia 30 de Junho de 2017, a fim de realizar o recenseamento eleitoral de raiz 2017.

Acontece porém que durante a elaboração do mapa calendário que junto anexamos constatamos que cumprindo todos os prazos legais previstos na Lei n.º 2/90 de 14 de Maio de 1990, Lei de Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral, o Recenseamento Eleitoral de 2017 terminará somente no dia 31 de Junho de 2017 excedendo assim um mês para além do prazo concedido pela Resolução supramencionada.

Neste sentido face ao exposto vimos sugerir a Assembleia Nacional as seguintes alternativas:

1-Prorrogar em tempo oportuno o mandato da presente Comissão até o dia 31 de Julho para que a mesma possa terminar o Recenseamento Eleitoral 2017 obedecendo os prazos legais.

2-Na possibilidade de prorrogar o mandato da Comissão para mais um mês a Assembleia Nacional poderá adoptar em alterar a Lei n.º 2/90 encurtando os prazos legais previstos de forma que o término do Recenseamento Eleitoral 2017 possa coincidir com a data do término do mandato fixado pela resolução da Assembleia Nacional.

Aceita Excelência os protesto da nossa mais alta estima e consideração.

Gabinete do Presidente da Comissão Eleitoral Nacional em São Tomé 1 de Fevereiro de 2017.

O Presidente, Alberto Pereira.

O **Presidente**: — Mais intervenções. Não havendo vou submeter o projecto de resolução a votação na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado com 49 votos a favor.*

Agora, vamos passar a apreciação na especialidade, começando pelo preâmbulo. Comentários observações sobre o preâmbulo.

Não havendo, posso submeter o preâmbulo à votação?

*Submetido à votação foi aprovado com 49 votos a favor.*

Está aprovado o preâmbulo.

Artigo 1º- Prorrogação, comentários, sugestões, propostas de alteração ao texto? Caso não havendo, passemos a votação do artigo 1º.

*Submetido à votação foi aprovado com 49 votos.*

O Sr. **Secretário** (Nenésio Afonso): — Alertou ao Sr. Presidente pelo facto do Sr. Deputado Joaquim Salvador não ter votado.

*Murmúrios.*

O Sr. **Presidente**: — Deixam-me dizer o seguinte: certamente, na altura da votação, o Sr. Deputado esteve distraído e não reparou que se estava a votar. Agora, o seu sentido de voto pode exprimir realmente aquilo que o senhor pensa, mas devia votar legalmente, é assim.

*Murmúrios.*

O Sr. **Presidente**: — Vou submeter novamente à votação o artigo 1.º.

*Submetido à votação foi aprovado com 49 votos.*

Artigo 2º Entrada em vigor, comentários, sugestões, propostas de alteração do texto? Caso não haja, passemos à votação.

*Submetido à votação foi aprovado com 49 votos.*

Portanto, está aprovado o artigo 2º.

Passemos à votação final global do Projecto de Resolução.

*Submetido à votação foi aprovado com 49 votos.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, cumprimos a nossa agenda de trabalhos de hoje e não havendo nada mais a tratar, agradeço a todos pela dedicação

Não Srs. Deputados, eu não quero polemizar. Eu comecei a dar o cumprimento para finalizar a sessão. O Sr. Deputado pede-me a posteriori que quer fazer a declaração. Eu não vou polemizar, eu vou-lhe dar a palavra, mas voltarei de novo a encerrar o debate. O Sr. Deputado tem a palavra.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente, não pedi a posteriori. Foi falta de atenção, não olhou para cá. A minha Bancada votou a favor, porque consideramos que realmente há necessidade de se concluir esse processo de recenseamento eleitoral.

Todavia, eu quero dizer ao Sr. Presidente que nós só votámos a favor, para não criarmos polémica aqui. Porque vão dizer que, lá está. As pessoas de má-fé. Que não querem que as coisas funcionam.

Mas para dizer que a Lei 2/90 a qual faz menção aqui, já foi substituída por 11/95. Daí que, se deveria ter tido atenção de que este documento é um documento que a Assembleia não deveria ter em conta para discutir aqui. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Bem. Obrigado Sr. Deputado. Portanto, como eu dizia, cumprimos a nossa agenda de trabalhos de hoje e não havendo mais nada a tratar, agradeço a todos pela dedicação, pelas intervenções abnegadas, durante os trabalhos.

Declaro encerrada esta sessão.

*Eram 14 horas.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**  
**Milton Viegas Fernandes Lima**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Domingos Monteiro** Fernandes  
**António Monteiro** Fernandes  
**António** da Trindade Afonso dos **Ramos**